



Informações
Trimestrais
em 30 de setembro
de 2019

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	7
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações de resultados	11
Demonstrações de resultados abrangentes	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	14
Demonstrações do valor adicionado	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras	16

Relatório da Administração

A Administração do Banco Inter S.A., banco múltiplo privado, especializado em crédito e serviços digitais, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta a seus acionistas as Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas do período findo em 30 de setembro de 2019. As informações, exceto quando indicado de forma diferente, são expressas em moeda corrente nacional (em milhares de reais) e foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), quando aplicável

Banco Inter S.A.

O Banco Inter é um banco digital, gratuito e completo, que atua como líder na revolução da indústria bancária brasileira, oferecendo uma proposta de valor disruptiva e inédita. Oferece um novo conceito de banco - ofertando um portfólio completo de serviços e produtos financeiros, sem cobrança de tarifas bancárias, para todos os tipos de clientes, independentemente da idade e condição econômica ou social.

Possuímos um modelo de negócios único, reunindo as melhores características da indústria bancária tradicional e das empresas de tecnologia da área financeira (*fintechs*). Os 25 anos de experiência e histórico de sucesso na indústria bancária brasileira nos garantem credibilidade e *expertise* para prover serviços e produtos de qualidade em um mercado fortemente regulado. A essência *fintech*, em paralelo, proporciona um modelo de negócio moderno, ágil, escalável e digital, atendendo da melhor forma as demandas dos clientes e as estratégias de crescimento.

Por meio da plataforma digital, acessada através da nossa conta 100% digital e gratuita, via aplicativo e internet *banking*, oferecemos produtos próprios e produtos de terceiros, que vão de produtos financeiros tradicionais a serviços inovadores, como a conta corrente, crédito imobiliário, crédito pessoal, investimentos, seguros, consórcios, Interpag (pagamento via QR Code), crédito para celulares pré-pagos, câmbio, rotativo digital, *gift cards*, crédito rural, dentre outros.

Em 30 de setembro de 2019, o Banco estava presente em mais de 5.511 municípios brasileiros, e possuía correntistas em 100% das cidades brasileiras com mais de 20 mil habitantes. Além disso, a plataforma digital possibilita um acelerado crescimento na base de correntistas digitais, evoluindo de mais de 1,0 milhão de correntistas em 30 de setembro de 2018 para 3,3 milhões em 30 de setembro de 2019, equivalente a 211% de crescimento no período.

Destaques Operacionais

Conta Digital

Em 30 de setembro de 2019, ultrapassamos 3,3 milhões de correntistas digitais e continuamos implementando melhorias em nossa Conta Digital, lançando novos produtos, como o consórcio, rotativo digital e *gift cards*, além de investir na melhor experiência do usuário em nosso aplicativo. O número de contas abertas por dia ultrapassou 13 mil no mês de setembro.

No trimestre findo em 30 de setembro de 2019, o número de transações realizadas via *app* e internet banking totalizou 57,7 milhões, aumento expressivo de 281,5%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Adicionalmente, o montante transacionado foi de R\$29,5 bilhões em 2019, incremento de 278,3% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Carteira de Crédito

Em 30 de setembro de 2019 o saldo das Operações de Crédito Total somou R\$ 4,4 bilhões, variação positiva de 31,0% em relação a 31 de dezembro de 2018. A carteira de crédito com garantia imobiliária totalizou R\$ 2,4 bilhões, crescimento de 22,7% comparado a 31 de dezembro de 2018, quando totalizava R\$ 1,9 bilhão. Já a carteira de crédito pessoa física, no montante de R\$1.1 bilhão, apresentou um crescimento de 23,3% na comparação com 31 de dezembro de 2018. A carteira de Crédito Empresas, sem garantia imobiliária, cresceu de 37,0% em relação a dezembro de 2018, totalizando R\$243,8 milhões. Em 30 de setembro de 2019 a carteira de Outros Créditos com característica de concessão de crédito, representada principalmente por operações de cartão de crédito, obteve um crescimento de 89,2%, totalizando R\$658,8 milhões. A carteira de crédito rural no montante de R\$1,5 milhão, sendo esta, uma nova modalidade de crédito, em relação a dezembro de 2018.

Captação

Em 30 de setembro de 2019, a captação total somou R\$6,1 bilhões, 46,9% superior ao montante de R\$4,2 bilhões registrados em dezembro de 2018. Os depósitos à vista totalizavam R\$ 1,5 bilhão, crescimento de 135,2% nos nove meses do ano de 2019.

Destques Econômico-Financeiros

Lucro Líquido

Nos primeiros nove meses de 2019, o Lucro Líquido foi de R\$56,8 milhões, representando um crescimento de 20,0% quando comparado ao mesmo período de 2018. A evolução do Lucro Líquido é resultado do crescimento da base de clientes e dos esforços do Banco Inter em diversificar os produtos e serviços a eles oferecidos. Além disso, as Receitas de Operações de Crédito também contribuíram para a expansão do Lucro Líquido, apresentando um crescimento de 17,2% em relação aos nove meses de 2018.

O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio anualizado (ROAE) no período de 30 de setembro de 2019 foi de 6,0%, redução de 3,6 p.p. quando comparado ao mesmo período do ano anterior (ROAE de 9,6%).

Resultado Bruto da Intermediação Financeira

Em 30 de setembro de 2019, o Resultado Bruto da Intermediação Financeira atingiu R\$ 320,0 milhões, 27,7% superior ao montante registrado no mesmo período de 2018.

Despesas Administrativas

As despesas administrativas e de pessoal incorridas em 30 de setembro de 2019 somaram R\$341,3 milhões, um acréscimo de 70,9% em relação ao mesmo período de 2018, crescimento explicado pelo preparo do Banco para operações em maior escala, além do volume crescente das operações.

Destaques Patrimoniais

Ativo Total

Os Ativos Totais somaram R\$9,2 bilhões em 2019, evolução de 63,7% em comparação a dezembro de 2018. Destaque para as Operações de Crédito, que somaram R\$4,4 bilhões em 30 de setembro de 2019, um aumento de 31,0% nos últimos 9 meses.

Patrimônio Líquido

Em 30 de setembro de 2019, o Patrimônio Líquido atingiu R\$2,2 bilhões, aumento este devido à aporte de capital no montante de R\$1,2 bilhão no trimestre.

A relação entre Carteira de Crédito e Patrimônio Líquido, um dos indicadores que mede o grau de alavancagem da instituição, era de 2,0 vezes em 30 de setembro de 2019, redução de 43,2% em relação a dezembro de 2018 quando apresentava uma relação de 3,5 vezes, porém muito em linha devido ao aumento de capital, supracitado.

Índice de Basileia

De acordo com as normas regulatórias do Banco Central do Brasil, os Bancos devem manter um percentual mínimo de 8% dos ativos ponderados pelo risco que incidem em suas operações, a fim de preservar a solvência e estabilidade do sistema financeiro em relação às oscilações e adversidades econômicas.

O Banco Inter encerrou em 30 de setembro de 2019 com um Índice de Basileia de 43,41%, mantendo forte estrutura de capital para manutenção das taxas de crescimento da instituição

Ratings

A classificação de *Investment Grade* atribuída pelas agências especializadas Fitch Ratings e Standard & Poor's, com notas em escala nacional de longo prazo "BBB+(bra)" e "brAA-", respectivamente, comprova a adequada posição de liquidez e o confortável nível de capitalização do Banco Inter. As agências destacam a melhoria da qualidade de crédito, a mitigação de riscos de descasamento de prazos e os importantes avanços na venda cruzada de produtos e na autonomia de captação de recursos, refletindo os benefícios do crescimento exponencial da base de clientes nos últimos meses.

Carteira de Títulos e Valores Mobiliários - Circular Nº 3.068/2001 - BACEN

O Banco Inter declara ter títulos classificados na categoria "disponível para venda", no montante de R\$526,4 milhões, marcados a valor de mercado. Estes títulos são representados, principalmente, por Letras Financeiras do Tesouro, Certificados de Recebíveis Imobiliários e Cotas de Fundos de Investimentos.

Declaração da Diretoria

A Diretoria do Banco declara que discutiu, reviu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, assim como reviu, discutiu e concorda com as informações financeiras relativas ao período findo em 30 de setembro de 2019.

Relacionamento com os Auditores Independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, o Banco e as empresas controladas contrataram serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes que não os serviços de auditoria externa no período findo em 30 de setembro de 2019, sendo:

- Revisão das obrigações acessórias referentes à Escrituração Contábil Fiscal (ECF);

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

Agradecimentos

Além do recorrente reconhecimento que temos recebido de nossos clientes, temos a satisfação de compormos, pelo quinto ano consecutivo, o ranking das “Melhores Empresas para se Trabalhar” - GPTW, ocupando a 7ª posição entre as empresas mineiras.

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e parceiros pela confiança em nós depositada, e a cada um dos colaboradores que constroem diariamente a nossa história.

Belo Horizonte, 06 de novembro de 2019.

A Administração



KPMG Auditores Independentes
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

**Aos Administradores e Acionistas do
Banco Inter S.A.**
Belo Horizonte - Minas Gerais

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, do Banco Inter S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e nove meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação dessas informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as referidas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

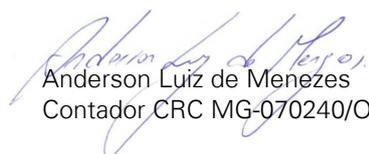
Outros assuntos

Demonstração do valo adicionado

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três e nove meses findo 30 de setembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação não é requerida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR do Banco. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 06 de novembro de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG


Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG-070240/O-3

Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Circulante					
Disponibilidades	5	19.573	10.478	19.633	10.479
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6	3.575.663	1.671.274	3.575.663	1.671.274
Aplicações no Mercado Aberto		3.318.237	1.535.587	3.318.237	1.535.587
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		257.426	135.687	257.426	135.687
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	238.817	63.290	256.636	63.310
Carteira Própria		185.244	52.309	203.063	52.329
Vinculados a Compromissos de Recompra		11.168	-	11.168	-
Vinculados à Prestação de Garantias		42.405	10.981	42.405	10.981
Vinculados ao Banco Central		-	-	-	-
Relações interfinanceiras	8	354.590	90.118	354.590	90.118
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		112.790	-	112.790	-
Depósitos no Banco Central		241.800	90.118	241.800	90.118
Relações interdependências		200	3	200	3
Transferências Internas de Recursos		200	3	200	3
Operações de crédito	9	920.738	788.028	920.738	788.028
Operações de Crédito		991.395	824.158	991.395	824.158
(Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa)		(70.657)	(36.130)	(70.657)	(36.130)
Outros créditos	10	878.694	457.266	886.016	468.031
Carteira de Câmbio		1.026	15	1.026	15
Rendas a Receber		8.735	10.508	11.724	11.758
Negociação e intermediação de valores		2.187	2.020	2.187	2.020
Diversos		872.471	447.231	876.804	456.746
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(5.725)	(2.508)	(5.725)	(2.508)
Outros valores e bens	11	20.799	97.205	20.799	97.230
Outros Valores e Bens		3.398	81.480	3.398	81.480
Despesas Antecipadas		17.401	15.725	17.401	15.750
Total do ativo circulante		6.009.074	3.177.662	6.034.275	3.188.473
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6	-	14.613	-	14.613
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		-	14.613	-	14.613
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	287.606	245.484	287.606	251.086
Carteira Própria		287.606	245.484	287.606	251.086
Operações de crédito	9	2.684.566	2.123.484	2.684.566	2.123.484
Operações de Crédito		2.733.783	2.174.652	2.733.783	2.174.652
(Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa)		(49.217)	(51.168)	(49.217)	(51.168)
Outros créditos	10	15.582	9.493	15.582	9.493
Diversos		15.637	9.557	15.637	9.557
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(55)	(64)	(55)	(64)
Outros valores e bens	11	122.229	12.839	122.229	12.839
Outros Valores e Bens		113.981	8.727	113.981	8.727
(Provisões para Desvalorizações)		-	(277)	-	(277)
Despesas Antecipadas		8.248	4.389	8.248	4.389
Total do realizável a longo prazo		3.109.983	2.405.913	3.109.983	2.411.515
Permanente					
Investimentos	12	35.189	17.570	1.105	1.105
No País		34.084	16.465	-	-
Outros Investimentos		1.105	1.105	1.105	1.105
Imobilizado de uso		20.833	13.777	20.883	13.826
Imóveis de Uso		5.465	-	5.465	-
Outras Imobilizações de Uso		25.958	22.450	26.028	22.517
(Depreciações Acumuladas)		(10.590)	(8.673)	(10.610)	(8.691)
Intangível	13	61.371	26.041	62.896	26.425
Ativos Intangíveis		68.938	27.375	70.641	27.786
(Amortização Acumulada)		(7.567)	(1.334)	(7.745)	(1.361)
Total do permanente		117.393	57.388	84.884	41.356
Total do ativo não circulante		3.227.376	2.463.301	3.194.867	2.452.871
Total do ativo		9.236.450	5.640.963	9.229.142	5.641.344

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Circulante					
Depósitos	14a	1.966.944	1.212.085	1.962.984	1.210.718
Depósitos à vista		1.461.566	619.655	1.457.606	618.288
Depósitos poupança		218.513	73.778	218.513	73.778
Depósitos a prazo		286.865	460.482	286.865	460.482
Outros depósitos		-	58.170	-	58.170
Captações no mercado aberto		154.252	30.704	147.652	25.888
Carteira própria		11.281	30.704	11.281	25.888
Carteira de terceiros		142.971	-	136.371	-
Recursos de aceites e emissão de títulos	14b	1.252.442	1.197.540	1.252.359	1.197.540
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		1.252.442	1.197.540	1.252.359	1.197.540
Relações interfinanceiras	8	528.923	265.081	528.923	265.081
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		528.923	265.081	528.923	265.081
Relações interdependências		-	440	-	440
Recursos em Trânsito de Terceiros		-	440	-	440
Obrigações por empréstimos		-	2	-	2
Obrigações por repasse do país - Instituições oficiais	15	1.306	1.338	1.306	1.338
CEF		1.306	1.338	1.306	1.338
Instrumentos financeiros derivativos	7	10.816	996	10.816	996
Outras obrigações	16	186.765	175.328	196.223	184.191
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		1.987	1.221	1.987	1.221
Carteira de Câmbio		2.086	1.788	2.086	1.788
Socials e Estatutárias		11.371	8.033	14.371	8.033
Fiscais e Previdenciárias		11.781	8.615	13.935	9.980
Negociação e Intermediação de Valores		-	-	1.933	7.703
Diversas		159.540	155.671	161.911	155.466
Total do passivo circulante		4.101.448	2.883.514	4.100.263	2.886.194
Não circulante					
Exigível a longo prazo					
Depósitos	14a	2.168.230	1.182.350	2.160.774	1.179.800
Depósitos a prazo		2.168.230	1.182.350	2.160.774	1.179.800
Recursos de aceites e emissão de títulos	14b	721.758	566.396	721.758	566.396
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		721.758	566.396	721.758	566.396
Obrigações por repasse do país - Instituições oficiais	15	28.855	30.648	28.855	30.648
CEF		28.855	30.648	28.855	30.648
Outras obrigações	16	21.484	18.940	21.118	18.940
Diversas		21.484	18.940	21.118	18.940
Resultados de Exercícios Futuros		6.458	10.334	6.458	10.333
Total do exigível a longo prazo		2.946.785	1.808.668	2.938.963	1.806.117
Patrimônio líquido					
Capital social	19	2.067.207	848.760	2.067.207	848.760
De domiciliados no país		2.067.207	848.760	2.067.207	848.760
Reserva de capital		1.306	1.290	1.306	1.290
Reserva de lucros		119.676	102.503	119.676	102.503
(-) Ajuste de avaliação patrimonial		28	(3.340)	28	(3.340)
(-) Ações em tesouraria		-	(432)	-	(432)
Participação não controladores nas controladas		-	-	1.699	252
Total do patrimônio líquido		2.188.217	948.781	2.189.916	949.033
Total do passivo não circulante		5.135.002	2.757.449	5.128.879	2.755.150
Total do passivo		9.236.450	5.640.963	9.229.142	5.641.344

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações de resultados

Trimestres e períodos findos em 30 de setembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

Nota	Controladora				Consolidado				
	30/09/2019	Acumulado 2019	30/09/2018	Acumulado 2018	30/09/2019	Acumulado 2019	30/09/2018	Acumulado 2018	
Receitas da intermediação financeira									
Operações de crédito	9f	167.455	476.436	152.525	406.674	167.455	476.436	152.525	406.674
Rendas de operações de câmbio		30	435	636	1.353	30	435	636	1.353
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez	6	42.143	96.773	18.843	40.571	42.143	96.773	18.843	40.571
Resultado com títulos e valores mobiliários	7	6.922	16.435	5.111	15.906	7.456	17.688	5.613	18.046
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7	142	2.130	-	-	142	2.130	-	-
		216.692	592.209	177.115	464.504	217.226	593.462	177.617	466.644
Despesas da intermediação financeira									
Operações de captação no mercado	14c	-66.088	(184.877)	(57.617)	(161.442)	-66.010	(184.527)	(57.522)	(161.154)
Operações empréstimos e repasses		-438	(1.534)	(418)	(1.297)	-438	(1.534)	(418)	(1.297)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	9e	-33.920	(87.359)	(11.591)	(40.372)	-33.920	(87.359)	(11.591)	(40.372)
Operações de vendas de transf. de ativos financeiros (despesa)		-	-	(1)	(1)	-	-	(1)	(1)
Operações com derivativos	7	-	-	(4.551)	(13.154)	-	-	(4.551)	(13.154)
		(100.446)	(273.770)	(74.178)	(216.266)	(100.368)	(273.420)	(74.083)	(215.978)
Resultado bruto da intermediação financeira		116.246	318.439	102.937	248.238	116.858	320.042	103.534	250.666
Outras receitas (despesas) operacionais									
Rendas de prestação de serviços	21	25.196	63.365	10.094	25.874	32.492	84.290	14.754	40.292
Despesas de pessoal	22	-41.487	(114.181)	(30.379)	(79.561)	-43.393	(119.029)	(31.578)	(86.656)
Outras despesas administrativas	23	-83.686	(217.840)	(48.065)	(111.942)	-85.488	(222.293)	(48.485)	(113.049)
Despesas tributárias		-9.509	(25.503)	(6.830)	(17.537)	-10.105	(27.110)	(7.196)	(18.671)
Resultado de participações em controladas	12	2.723	9.183	2.544	6.923	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	24	13.433	35.714	8.327	23.151	15.067	37.589	8.354	23.181
Outras despesas operacionais	25	-12.573	(48.035)	(7.776)	(17.583)	-12.618	(48.087)	(7.626)	(15.444)
		(105.903)	(297.297)	(72.085)	(170.675)	(104.045)	(294.640)	(71.777)	(170.347)
Resultado operacional		10.343	21.142	30.852	77.563	12.813	25.402	31.757	80.319
Resultado não operacional	26	-2.856	33.766	(6.078)	(13.373)	-2.856	33.730	(6.078)	(13.373)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		7.487	54.908	24.774	64.190	9.957	59.132	25.679	66.946
Provisão para imposto de renda	18	3.108	-	(3.239)	(3.239)	2.353	(1.844)	(3.609)	(4.521)
Provisão para contribuição social	18	1.918	-	(2.669)	(2.669)	1.556	(843)	(2.819)	(3.231)
Ativo fiscal diferido	18	-1.904	703	(147)	(11.534)	-2.046	400	(164)	(11.684)
		3.122	703	(6.055)	(17.442)	1.863	(2.287)	(6.592)	(19.436)
Resultado do Trimestre		10.609	55.611	18.719	46.748	11.820	56.845	19.087	47.510
Lucro atribuível aos:									
Acionistas controladores						55.611			762
Acionistas não controladores						1.234			46.748
Resultado por ação básico – R\$			0,4587		0,5367		0,4689		0,5455
Resultado por ação diluído – R\$			0,4515		0,5367		0,4616		0,5455

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes

Trimestres e períodos findos em 30 de setembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora				Consolidado			
	30/09/2019	Acumulado 2019	30/09/2018	Acumulado 2018	30/09/2019	Acumulado 2019	30/09/2018	Acumulado 2018
Resultado líquido do trimestres / período	10.609	55.611	18.719	46.748	11.820	56.845	19.087	47.510
Outros resultados abrangentes do trimestres / período								
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado								
Resultado de avaliação a valor justo de títulos disponíveis para venda	(76)	(102)	(2)	(83)	(76)	(102)	(2)	(83)
Total de resultados abrangentes do trimestre / período	10.533	55.509	18.717	46.665	11.744	56.743	19.085	47.427
Atribuição do resultado abrangente								
Parcela do resultado abrangente dos acionistas controladores					11.744	55.509	18.717	46.665
Parcela do resultado abrangente dos acionistas não controladores					-	1.234	368	762
Total do resultado abrangente do trimestres / período					11.744	56.743	19.085	47.427

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 30 de setembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>Reserva de lucros</u>								Participação dos Não Controladores no Pat.Liq.das Controladas	Patrimônio Líquido Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva Estatutária	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total Patrimônio Líquido do Banco		
Saldos em 31 de dezembro de 2017	311.874	-	9.875	63.461	166	-	(2.284)	383.092	979	384.071
Aumento de capital	553.863	(545)	-	-	-	-	-	553.318	-	553.318
Custo na emissão de ações	(16.977)	-	-	-	-	-	-	(16.977)	-	(16.977)
Pagamentos baseados em ações	-	1.305	-	-	-	-	-	1.305	-	1.305
Resultado do período:	-	-	-	-	-	46.748	-	46.748	762	47.510
Destinações propostas:										
Constituição de reserva legal	-	-	2.337	-	-	(2.337)	-	-	-	-
Constituição de reserva de lucros a distribuir	-	-	-	16.909	-	(16.909)	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio (R\$ 0,09 por ação)	-	-	-	-	-	(27.502)	-	(27.502)	(252)	(27.754)
Ações em tesouraria	-	-	-	(1.905)	-	-	1.852	(53)	-	(53)
Transações de capital	-	-	-	-	(3.665)	-	-	(3.665)	(1.335)	(5.000)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(83)	-	-	(83)	-	(83)
Saldos em 30 de setembro de 2018	848.760	760	12.212	78.465	(3.582)	-	(432)	936.183	154	936.337
Mutações do período	536.886	760	2.337	15.004	(3.748)	-	1.852	553.091	(825)	552.266
Saldos em 31 de dezembro de 2018	848.760	1.290	13.262	89.241	(3.340)	-	(432)	948.781	252	949.033
Aumento de capital	1.248.315	(87)	-	-	-	-	-	1.248.228	213	1.248.441
Custo na emissão de ações	(29.868)	-	-	-	-	-	-	(29.868)	-	(29.868)
Ágio na venda de ações em tesouraria	-	192	-	-	-	-	-	192	-	192
Pagamentos baseados em ações	-	77	-	-	-	-	-	77	-	77
Resultado do período:	-	-	-	-	-	55.611	-	55.611	1.234	56.845
Destinações propostas:										
Constituição de reserva legal	-	-	2.781	-	-	(2.781)	-	-	-	-
Constituição de reserva de lucros a distribuir	-	-	-	14.392	-	(14.392)	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio (R\$ 0,25 por ação)	-	-	-	-	-	(38.438)	-	(38.438)	-	(38.438)
Ações em tesouraria	-	(166)	-	-	-	-	432	266	-	266
Transações de capital	-	-	-	-	3.470	-	-	3.470	-	3.470
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(102)	-	-	(102)	-	(102)
Saldos em 30 de setembro de 2019	2.067.207	1.306	16.043	103.633	28	-	-	2.188.217	1.699	2.189.916
Mutações do período	1.218.447	16	2.781	14.392	3.368	-	432	1.239.436	1.447	1.240.883

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos findos em 30 de setembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
Elaborada pelo método indireto				
Atividades operacionais				
Resultado líquido	55.611	46.748	56.843	47.510
Provisão para imposto de renda	-	-	2.687	1.844
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	87.359	40.372	87.359	40.372
Impostos diferidos	(703)	11.534	(324)	11.684
(Reversões)/Provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	6.299	12.474	6.299	12.474
Resultado de participações em coligadas e controladas	(9.224)	(6.923)	(41)	-
Resultado da variação cambial	(354)	(1.292)	(354)	(1.292)
Depreciações e amortizações	9.105	1.610	9.258	1.617
Opções de Outorgas Reconhecidas e Pagamento Baseado em Ações	77	772	77	772
(Ganho) / perda na venda de ativos permanentes	(75)	-	(75)	-
Outros ganhos e perdas de capital	(40.288)	2.142	(40.288)	-
Variação de ativos e passivos				
Redução/(Aumento) de aplicações interfinanceiras de liquidez	(107.126)	(49.378)	(107.126)	(49.378)
Redução/(Aumento) de títulos e valores mobiliários para negociação	-	-	(12.282)	-
Redução/(Aumento) de relações interfinanceiras	(1.341)	3.643	(1.341)	3.643
Redução/(Aumento) de operações de crédito	(781.150)	(377.882)	(781.150)	(377.882)
Redução/(Aumento) de outros créditos	(433.532)	(221.591)	(430.451)	(222.697)
Redução/(Aumento) de outros valores e bens	(32.985)	(14.547)	(32.960)	(14.521)
Redução/(Aumento) de depósitos	1.740.740	476.160	1.733.241	474.514
(Redução)/Aumento de captações no mercado aberto	123.548	-	121.764	-
(Redução)/Aumento de obrigações por operações	-	14.286	-	14.286
(Redução)/Aumento de recursos de aceites e emissão de títulos	210.264	153.285	210.264	153.285
(Redução)/Aumento de relações interdependências	73	936	73	936
(Redução)/Aumento de obrigações por empréstimos e repasses	(1.828)	(2.507)	(1.828)	(2.507)
(Redução)/Aumento de instrumentos financeiros derivativos	9.820	5.016	9.820	5.016
(Redução)/Aumento de resultados de exercícios futuros	(3.875)	11.625	(3.875)	11.625
(Redução)/Aumento de outras obrigações	29.567	107.942	24.089	108.531
Caixa líquido aplicado em atividades operacionais	859.982	214.425	849.679	219.832
Impostos e Contribuição Social Pagos	-	(8.925)	188	(11.054)
Atividades de investimentos				
Aquisição de investimentos	(18.982)	(1.388)	(13.982)	(1.388)
Alienação de investimentos	45.000	32	45.000	32
Aquisição de imobilizado de uso	(10.639)	(3.547)	(10.642)	(3.574)
Alienação de ativo imobilizado	735	-	735	-
Aquisição de intangível	(41.566)	(14.402)	(42.858)	(14.431)
Aumento de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	(570.582)	(630.558)	(570.582)	(859.041)
Redução de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	334.295	670.520	334.295	898.300
Recebimento de dividendos	6.532	2.285	-	-
Caixa líquido aplicado em atividades de investimentos	(255.207)	22.942	(258.034)	19.898
Atividades de financiamentos				
Aumento de capital	1.218.359	512.819	1.231.359	512.819
Compra de opções - Pagamentos baseados em ações	-	534	-	534
Venda ações em tesouraria	457	-	457	-
Recompra de ações em tesouraria	-	(53)	-	(53)
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(32.200)	(13.389)	(32.200)	(13.618)
Caixa líquido proveniente de atividades de financiamentos	1.186.616	499.911	1.199.616	499.682
Aumento (redução) das disponibilidades	1.791.391	728.353	1.791.449	728.358
Caixa e equivalentes no início do período	1.546.065	472.261	1.546.067	472.262
Caixa e equivalentes no fim do período	3.337.810	1.201.906	3.337.870	1.201.912
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalente	(354)	(1.292)	(354)	(1.292)
Aumento (redução) das disponibilidades	1.791.391	728.353	1.791.449	728.358
Transações que não envolveram caixa				
Provisão de Juros sobre o capital próprio	38.439	27.502	38.439	27.502
Integralização de capital com juros de capital próprio	-	9.857	-	9.857
Aumento de capital - pagamentos baseados em ações	-	545	-	545
Despesas com emissão de ações	-	13.365	-	13.365
Atualização TVM x PL	(102)	77	(102)	77

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações do valor adicionado consolidadas

Trimestres e períodos findos em 30 de setembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Controladora				Consolidado			
	3º Trimestre de 2019	30/09/2019	3º Trimestre de 2018	30/09/2018	3º Trimestre de 2019	30/09/2019	3º Trimestre de 2018	30/09/2018
Receitas	209.647	599.690	175.216	461.189	219.066	623.655	180.557	479.923
Intermediação financeira	220.805	603.773	181.823	483.180	221.339	605.026	182.325	485.320
Prestação de serviços	25.196	63.365	10.094	25.874	32.492	84.290	14.754	40.292
Operações de vendas de transf. de ativos financeiros	-	-	(1)	(1)	-	-	(1)	(1)
Obrigações por empréstimos e repasses	(438)	(1.534)	(418)	(1.297)	(438)	(1.534)	(418)	(1.297)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(33.920)	(87.359)	(11.591)	(40.372)	(33.920)	(87.359)	(11.591)	(40.372)
Outras receitas/despesas operacionais	860	(12.321)	1.387	7.178	2.449	(10.498)	1.566	9.354
Não operacionais	(2.856)	33.766	(6.078)	(13.373)	(2.856)	33.730	(6.078)	(13.373)
Despesas da intermediação financeira	66.088	184.877	62.168	174.596	66.010	184.527	62.073	174.308
Materiais e serviços adquiridos de terceiros	81.306	213.704	50.898	125.872	83.007	217.924	51.299	126.915
Materiais, energias e outros	68.415	177.035	40.123	86.966	69.072	178.975	40.397	87.692
Serviços de terceiros	12.891	36.669	10.775	38.906	13.935	38.949	10.902	39.223
Valor adicionado bruto (1-2-3)	62.253	201.109	62.150	160.721	70.049	221.204	67.185	178.700
Retenções	(3.991)	(9.105)	(836)	(1.610)	(4.049)	(9.258)	(838)	(1.617)
Depreciações e amortizações	(3.991)	(9.105)	(836)	(1.610)	(4.049)	(9.258)	(838)	(1.617)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade (4+5)	58.262	192.004	61.314	159.111	66.000	211.946	66.347	177.083
Valor adicionado recebido em transferência	2.723	9.183	2.544	6.923	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	2.723	9.183	2.544	6.923	-	-	-	-
Valor adicionado a distribuir (6+7)	60.985	201.187	63.858	166.034	66.000	211.946	66.347	177.083
Distribuição do valor adicionado	60.985	201.187	63.858	166.034	66.000	211.946	66.347	177.083
Pessoal e encargos	35.181	97.894	30.379	79.561	36.840	102.098	31.580	86.658
Remuneração direta	27.079	76.859	24.883	65.542	28.468	80.382	25.912	72.164
Benefícios	6.416	16.643	4.563	11.320	6.629	17.170	4.695	11.664
FGTS	1.686	4.392	933	2.699	1.743	4.546	973	2.830
Impostos, contribuições e taxas	12.694	41.087	12.885	34.979	14.795	46.329	13.787	38.106
Federais	11.784	38.394	12.335	33.783	13.670	43.017	13.069	36.416
Municipais	910	2.693	550	1.196	1.125	3.312	718	1.690
Aluguéis	2.501	6.595	1.875	4.745	2.545	6.674	1.893	4.809
Juros sobre o capital próprio	12.812	38.438	9.167	27.501	12.812	38.438	9.167	27.501
Dividendos distribuídos	12.813	12.813	-	-	12.813	12.813	-	0
Resultado retido no trimestre	(15.016)	4.360	9.552	19.248	(15.016)	4.360	9.920	20.009
Participação não controladores	-	-	-	-	1.211	1.234	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

O Banco Inter S.A., fundado em 1994, iniciou suas atividades em fevereiro de 1995, tendo como objetivo principal as operações de crédito e os serviços permitidos pelo Banco Central do Brasil, podendo, nos termos da legislação aplicável, participar em outras sociedades. O Banco é uma companhia aberta de direito privado, operando na forma de Banco Múltiplo.

A empresa é um banco de varejo digital multisserviços, com plataforma completa para pessoas físicas e jurídicas, atua em crédito com foco nos produtos de Crédito Imobiliário, Crédito Pessoal, Crédito para Empresas, Cartão de Crédito e Crédito Rural. A carteira de captação de recursos é composta por portfólio diversificado de produtos de investimentos e conta com as seguintes linhas de captação: Poupança, Letra Imobiliária Garantida (LIG), Certificado de Depósito Bancário (CDB), Letra de Crédito Imobiliário (LCI), Letra de Crédito Agronegócio (LCA), Letra Financeira (LF), e Depósito à vista.

Ao longo do terceiro trimestre de 2019, foram lançadas novas linhas de seguros, além das novas categorias Shopping e Estacionamentos para incrementar nosso *marketplace*.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo CMN.

Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN são:

- Resolução nº 3.566/2008** - Redução ao valor recuperável de ativos - CPC 01 (R1).
- Resolução nº 3.604/2008** - Demonstração dos fluxos de caixa - CPC 03 (R2).
- Resolução nº 3.750/2009** - Divulgação sobre partes relacionadas - CPC 05 (R1).
- Resolução nº 3.823/2009** - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - CPC 25.
- Resolução nº 3.973/2011** - Eventos subsequentes - CPC 24.
- Resolução nº 3.989/2011** - Pagamento baseado em ações - CPC 10 (R1).
- Resolução nº 4.007/2011** - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - CPC 23.
- Resolução nº 4.144/2012** - Pronunciamento Conceitual Básico - CPC 00 (R1).
- Resolução nº 4.424/2015** - Benefícios a empregados - CPC 33 (R1).
- Resolução nº 4.524/2016** - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - CPC 02 (R2).
- Resolução nº 4.534/2016** - Ativo intangível - CPC 04 (R1).
- Resolução nº 4.535/2016** - Ativo imobilizado - CPC 27.

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC, tampouco se a utilização destes será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Inter evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis descritas foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios.

A Resolução CMN 3.786/09 e a Circular Bacen 3.472/09 estabeleceram que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar por este órgão, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir Comitê de Auditoria, devem, anualmente, desde 31 de dezembro de 2010, elaborar e divulgar em até 90 dias após a data base de 31 de dezembro suas demonstrações financeiras consolidadas, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), seguindo os pronunciamentos internacionais emitidos pelo IASB – International Accounting Standards Board

Adicionalmente, foram publicadas a Resolução CMN no 3.853/10 e a Carta Circular Bacen no 3.447/10, que disciplinam a divulgação de demonstrações financeiras consolidadas intermediárias em IFRS e esclarecem que a obrigatoriedade aplica-se às instituições financeiras que publicam demonstrações contábeis intermediárias nesse padrão contábil. O Banco Inter disponibilizou em 11 de março de 2019 suas demonstrações financeiras em IFRS referentes à 31 de dezembro de 2018 no site <https://ri.bancointer.com.br/>, na área de Relações com Investidores (RI) e na CVM.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva na ata de Reunião da Diretoria de 06 de novembro de 2019.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos exercícios seguintes a 2019 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 7 - estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros e de perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda.
- Nota explicativa nº 9 - critério de provisionamento: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito.
- Nota explicativa nº 10 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- Nota explicativa nº 20 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

3 Principais políticas contábeis

a. Base de consolidação

A tabela a seguir apresenta as entidades controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas:

Entidade	Ramo de atividade	Participação no capital (%)	
		30/09/2019	31/12/2018
Inter Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Distribuidora de TVM	98,3%	98%
Inter Digital Corretora e Consultoria de Seguros Ltda.	Corretora de seguros	60,0%	100%
Inter Asset Administradora de Fundos Ltda.	Administradora de fundos	99,9%	-

(i) Controladas

O Banco controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Banco e suas controladas obtiver o controle e até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, quando requeridas, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Participação de acionistas não-controladores

O Banco e suas controladas contabilizam a parte relacionada aos acionistas não controladores dentro do patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado. Nas transações de compras de participação com acionistas não controladores, a diferença entre o valor pago e a participação adquirida é registrada no resultado do período. Ganhos ou perdas na venda para acionistas não controladores também são registrados no resultado do período.

Lucros ou prejuízos atribuídos aos acionistas não controladores são apresentados nas demonstrações consolidadas de resultado como lucros ou prejuízos atribuídos aos acionistas não controladores.

(iii) Saldos e transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas do Banco e suas controladas, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações entre as companhias, são eliminados no processo de consolidação. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

c. Moeda funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Apuração de resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do exercício a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea,

independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata dia, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

e. **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, aplicações no mercado aberto e em depósitos interfinanceiros, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizadas pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e estão apresentados na Nota Explicativa nº 5.

f. **Aplicações interfinanceiras de liquidez**

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas a custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para perdas por desvalorização, quando aplicável.

g. **Títulos e valores mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários estão registrados e classificados de acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001, que estabelece os critérios de avaliação e classificação contábil para esses papéis. O Banco possui papéis classificados em:

- **Títulos disponíveis para venda** - Incluem os títulos contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos na demonstração do resultado e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido (Ajuste de avaliação patrimonial) até a sua realização por venda, líquidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.
- **Títulos mantidos para negociação** - Na categoria títulos para negociação, devem ser registrados aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial consolidado pelo seu valor justo estimado. O valor justo, baseia-se geralmente, em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

h. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida em observância aos critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, em modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização de acordo com as características do derivativo.

As operações são registradas pelo seu valor justo considerando as metodologias de marcação a mercado adotadas pelo Banco, podendo ter seu ajuste contabilizado no resultado ou no patrimônio líquido, dependendo da classificação entre hedge contábil, suas categorias e hedge econômico.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de ativos ou passivos financeiros, compromisso ou transação futura prevista, são considerados instrumentos de proteção (hedge) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de risco de mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do exercício.

Hedge de fluxo de caixa: para os instrumentos financeiros enquadrados nesta categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se, líquida dos efeitos tributários, na conta “Ajuste de Avaliação Patrimonial do Patrimônio Líquido”. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do exercício.

Para os derivativos classificados na categoria *hedge* contábil existe o acompanhamento da: (i) efetividade da estratégia, através de testes de efetividade prospectiva e retrospectiva, e (ii) marcação a mercado dos instrumentos de *hedge*.

i. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituídas, basicamente, de empréstimos e financiamentos com operações efetuadas a taxas pré e pós-fixadas. Encontram-se demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações, e são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução CMN nº 2.682/1999, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso	Classificação do cliente
De 0 a 14 dias	A
de 15 a 30 dias	B
de 31 a 60 dias	C
de 61 a 90 dias	D
de 91 a 120 dias	E
de 121 a 150 dias	F
de 151 a 180 dias	G
superior a 180 dias	H

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, e somente serão apropriadas ao resultado quando efetivamente forem recebidas.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, admite-se a contagem em dobro dos períodos de atraso acima descritos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas conforme as normas e instruções do Banco Central do Brasil, associadas a avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

j. Outros valores e bens

Compostos, basicamente, por bens não de uso próprio e despesas antecipadas. Os bens não de uso próprio correspondentes a imóveis disponíveis para venda são classificados como bens recebidos em dação em pagamento e registrados pelo valor contábil do empréstimo ou financiamento, ou pelo valor de avaliação do imóvel, dos dois, o menor, conforme disposto na Circular Bacen nº 909/1.985.

As despesas antecipadas são correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

A apropriação ao resultado das parcelas de despesas antecipadas com comissão sobre operações de crédito de correspondentes é efetuada de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 3.954/1989 e suas alterações.

k. Ativo permanente

(i) Investimentos

Quando há controle ou influência significativa na administração, os investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Na inexistência de controle ou influência significativa, os investimentos são registrados a custo de aquisição.

(ii) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, os benefícios e o controle dos bens para a entidade.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação, 10%, e sistema de processamento de dados, 20%.

(iii) Intangível

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. É composto, principalmente, por: (i) Direitos de uso, amortizados de acordo com os prazos dos contratos ou na medida que os benefícios econômicos fluem para a empresa; e (ii) Softwares e intangíveis gerados internamente amortizados em até dez anos.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada e os de vida útil indefinida são testados semestralmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

I. Redução do valor recuperável de ativos - *Impairment*

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderão valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do exercício se o valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

Anualmente, sempre na mesma época, o Banco avalia se há indicativo de desvalorização de um ativo.

Se houver evidência de perda, o valor recuperável do ativo é estimado e comparado com o valor contábil. O valor recuperável refere-se ao maior entre o valor justo menos custos de venda e o seu valor em uso.

m. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e dos passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009, conforme critérios, a saber:

Ativos contingentes: não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

Passivos contingentes (quando aplicável): decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e de que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança.

As contingências são classificadas como: (a) prováveis, para as quais são constituídas provisões; (b) possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e (c) remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

Com relação às bases de mensuração das provisões, a entidade deverá buscar, segundo o CPC 25, a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, considerando os riscos e incertezas envolvidos:

- Quando relevante, o efeito financeiro produzido pelo desconto a valor presente dos fluxos de caixa futuros necessários para liquidar a obrigação; e
- os eventos futuros que possam alterar a quantia necessária para liquidar a obrigação.

A provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas é registrada nas demonstrações financeiras quando baseada na opinião de assessores jurídicos e for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

- Método massificado: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Para os provisionamentos cíveis é realizado como base o ticket médio histórico das condenações nos últimos 24 meses e os provisionamentos trabalhistas são realizados com base no ticket médio histórico das condenações nos últimos 36 meses. Consideramos como base de cálculo as ações julgadas e o valor histórico das condenações. Assim, projetamos o ticket médio para todas as ações em trâmite em que exista a possibilidade de saída de recurso, presumindo-se uma estimativa confiável.

Obrigações legais, fiscais e previdenciárias decorrem de obrigações tributárias previstas na legislação, que, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas demonstrações financeiras.

n. **Tributos**

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS/PASEP e COFINS, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo:

Tributos	Alíquotas
Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro - até agosto de 2015 e após a 31 de dezembro de 2018	15%
Contribuição Social sobre o Lucro - a partir de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018	20%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%
ISS	Até 5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013.

A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/2015, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos reconhecidos no resultado.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e os passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias que não afetem nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão em que o Banco seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível.
- Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e às diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão

disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e dos passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Banco espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

o. Outros ativos e passivos

Demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, ajustados ao seu valor presente.

As férias, vencidas e proporcionais, os abonos e as folgas estão integralmente provisionados mensalmente, incluindo-se os encargos aplicáveis.

p. Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras e a data na qual é autorizada a emissão destas demonstrações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

Os que evidenciam condições que já existiam na data final do exercício a que se referem as demonstrações financeiras (evento subsequente ao exercício contábil a que se referem as demonstrações que originam ajustes).

Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao exercício contábil a que se referem as demonstrações financeiras (evento subsequente ao exercício contábil a que se referem as demonstrações que não originam ajustes).

q. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

O Banco Inter S.A. elaborou, de forma espontânea, a demonstração do valor adicionado (DVA) individual nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras.

r. Lucro por ação

O lucro por ação do Banco é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações ordinárias e preferenciais totais.

s. Pagamentos baseados em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios.

4 Segmentos operacionais

As informações por segmento foram elaboradas considerando os critérios utilizados pelo principal tomador de decisões operacionais na avaliação de desempenho, na tomada de decisões quanto à alocação de recursos para investimento e outros fins, considerando-se o ambiente regulatório e as semelhanças entre produtos e serviços.

As operações do Banco e suas controladas estão divididas basicamente em três segmentos: bancário, títulos e valores mobiliários e corretagem de seguros.

Resultado gerencial por Segmento

A mensuração do resultado gerencial por segmentos leva em conta todas as receitas e despesas apuradas pelas empresas que compõem cada segmento, conforme distribuição apresentada a seguir. Não há receitas ou despesas comuns alocadas entre os segmentos por qualquer critério de distribuição.

As transações intersegmentos são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

O Banco e suas controladas não possuem cliente que seja responsável por mais de 10% da sua receita líquida total.

a. Segmento bancário

O segmento bancário é responsável pela parcela substantiva do resultado do Banco, e compreende uma grande diversidade de produtos e serviços, tais como depósitos, empréstimos e adiantamentos a clientes e prestação de serviços, que são disponibilizados aos clientes por meio dos mais variados canais de distribuição no país.

As operações do segmento bancário abrangem os negócios com os mercados de varejo, atacado e governo realizados pela rede e equipes de atendimento, e os negócios com microempreendedores e o setor informal realizados por correspondentes bancários.

b. Segmento de títulos e valores mobiliários

Esse segmento é responsável essencialmente pelas operações inerentes à compra, venda e custódia de títulos e valores mobiliários, administração de carteiras, instituição, organização e administração de fundos de investimentos. As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação desses serviços.

c. Segmento de corretagem de seguros

Nesse segmento são oferecidos produtos e serviços relacionados a garantias, seguros de vida, patrimonial e automóvel. As receitas de comissões de corretagem de seguros são reconhecidas quando é provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade. As receitas compreendem as contraprestações recebidas ou a receber pela prestação do serviço.

Demonstração do resultado gerencial por segmento

30/09/2019

	Bancário	Títulos e Valores Mobiliários	Corretagem de Seguros	Consolidado Banco Inter	Ajustes e eliminações	Consolidado
Receitas da intermediação financeira						
Operações de crédito	476.436	-	-	476.436	-	476.436
Rendas de operações de câmbio	435	-	-	435	-	435
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez	96.773	218	153	97.144	(371)	96.773
Resultado com títulos e valores mobiliários	16.435	1.253	-	17.688	-	17.688
Instrumentos financeiros derivativos	2.130	-	-	2.130	-	2.130
	592.209	1.471	153	593.833	(371)	593.462
Despesas da intermediação financeira						
Operações de captação no mercado	(184.877)	(21)	-	(184.898)	371	(184.527)
Operações empréstimos e repasses	(1.534)	-	-	(1.534)	-	(1.534)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(87.359)	-	-	(87.359)	-	(87.359)
	(273.770)	(21)	-	(273.791)	371	(273.420)
Resultado bruto da intermediação financeira	318.439	1.450	153	320.042	-	320.042
Outras receitas (despesas) operacionais						
Rendas de prestação de serviços	63.365	7.883	13.042	84.290	-	84.290
Despesas de pessoal	(114.181)	(1.735)	(3.113)	(119.029)	-	(119.029)
Outras despesas administrativas	(217.840)	(3.420)	(1.033)	(222.293)	-	(222.293)
Despesas tributárias	(25.503)	(710)	(897)	(27.110)	-	(27.110)
Resultado de participações em controladas	9.183	-	-	9.183	(9.183)	-
Outras receitas operacionais	35.714	2	1.873	37.589	-	37.589
Outras despesas operacionais	(48.035)	(52)	-	(48.087)	-	(48.087)
	(297.297)	1.968	9.872	(285.457)	(9.183)	(294.640)
Resultado operacional	21.142	3.418	10.025	34.585	(9.183)	25.402
Resultado não operacional	33.766	-	(38)	33.728	-	33.730
Resultado antes da tributação sobre o lucro	54.908	3.418	9.987	68.313	(9.183)	59.132
Provisão para imposto de renda	-	(636)	(1.208)	(1.844)	-	(1.844)
Provisão para contribuição social	-	(402)	(441)	(843)	-	(843)
Ativo fiscal diferido	703	(303)	-	400	-	400
	703	(1.341)	(1.649)	(2.287)	-	(2.287)
Resultado do período	55.611	2.077	8.338	66.026	(9.183)	56.845
Total dos ativos	9.236.450	37.283	7.958	9.281.691	(52.549)	9.229.142
Total dos passivos	7.048.233	4.591	4.867	7.057.691	(18.465)	7.039.226
Total do patrimônio líquido	2.188.217	32.692	3.091	2.224.000	(34.084)	2.189.916

	30/09/2018					
	Bancário	Títulos e Valores Mobiliários	Corretagem de Seguros	Consolidado Banco Inter	Ajustes e eliminações	Consolidado
Receitas da intermediação financeira						
Operações de crédito	406.674	-	-	406.674	-	406.674
Rendas de operações de câmbio	1.353	-	-	1.353	-	1.353
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez	40.571	93	256	40.920	(349)	40.571
Resultado com títulos e valores mobiliários	15.906	2.140	-	18.046	-	18.046
	464.504	2.233	256	466.993	(349)	466.644
Despesas da intermediação financeira						
Operações de captação no mercado	(161.442)	(61)	-	(161.503)	349	(161.154)
Operações empréstimos e repasses	(1.297)	-	-	(1.297)	-	(1.297)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(40.372)	-	-	(40.372)	-	(40.372)
Operações de vendas de transf. de ativos financeiros (despesa)	(1)	-	-	(1)	-	(1)
Operações com derivativos	(13.154)	-	-	(13.154)	-	(13.154)
	(216.266)	(61)	-	(216.327)	349	(215.978)
Resultado bruto da intermediação financeira	248.238	2.172	256	250.666	-	250.666
Outras receitas (despesas) operacionais						
Rendas de prestação de serviços	25.874	1.122	13.296	40.292	-	40.292
Despesas de pessoal	(79.561)	(1.216)	(5.879)	(86.656)	-	(86.656)
Outras despesas administrativas	(111.942)	(725)	(382)	(113.049)	-	(113.049)
Despesas tributárias	(17.537)	(267)	(867)	(18.671)	-	(18.671)
Resultado de participações em controladas	6.923	-	-	6.923	(6.923)	-
Outras receitas operacionais	23.151	30	-	23.181	-	23.181
Outras despesas operacionais	(17.583)	(3)	-	(17.586)	2.142	(15.444)
	(170.675)	(1.059)	6.160	(163.570)	(4.926)	(170.347)
Resultado operacional	77.563	1.113	6.416	85.091	(4.926)	80.319
Resultado não operacional	(13.373)	-	-	(13.373)	-	(13.373)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	64.190	1.113	6.416	71.718	(4.926)	66.946
Provisão para imposto de renda	(3.239)	(172)	(1.109)	(4.520)	-	(4.521)
Provisão para contribuição social	(2.669)	(156)	(406)	(3.231)	-	(3.231)
Ativo fiscal diferido	(11.534)	(150)	-	(11.684)	-	(11.684)
	(17.442)	(478)	(1.515)	(19.435)	-	(19.435)
Resultado do período	46.748	635	4.901	52.283	(4.926)	47.510
31/12/2018						
Total dos ativos	5.640.963	20.355	5.226	5.666.544	(25.198)	5.641.346
Total dos passivos	4.692.182	7.735	1.128	4.701.045	(8.733)	4.692.312
Total do patrimônio líquido	948.781	12.620	4.098	965.499	(16.465)	949.034

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Disponibilidades	19.573	10.478	19.633	10.479
Aplicações interfinanceiras de liquidez* vide Nota 6	3.318.237	1.535.587	3.318.237	1.535.587
Total de caixa e equivalentes de caixa	3.337.810	1.546.065	3.337.870	1.546.066

(*) Referem-se a operações cujo vencimento, na data da efetiva aplicação, foi igual ou inferior a 90 dias e apresente risco insignificante de mudança de valor justo.

6 Aplicações interfinanceiras

As aplicações interfinanceiras de liquidez têm a seguinte composição:

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018
Aplicações em operações	3.318.237	1.535.587
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	57.747	140.294
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	200.329	108.000
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	3.060.161	1.287.293
Aplicações em depósitos	257.426	150.300
CDI - ABC do Brasil	14.631	14.791
CDI - Banco BS2 S.A.	5.067	5.361
CDI - Banco Itaú S.A.	29.192	28.310
CDI - Banco Safra S.A.	-	20.524
CDI - Banco BTG Pactual S.A.	60.897	60.652
CDI - Operações vinculadas ao crédito rural	147.640	20.662
Total	3.575.663	1.685.887
Circulante	3.575.663	1.671.274
Não circulante	-	14.613

O vencimento dos papéis está demonstrado abaixo:

	Controladora e Consolidado			Total
	30/09/2019			
Título	Até 3 meses	De 3 a 12 meses		
Aplicações em CDI	30.649	226.777		257.426
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	57.748	-		57.748
Letras do Tesouro nacional (LTN)	200.329	-		200.329
Nota do Tesouro Nacional (NTN)	3.060.160	-		3.060.160
Total	3.348.886	226.777		3.575.663

	Controladora e Consolidado			Total
	31/12/2018			
Título	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	
Aplicações em CDI	88.582	47.105	14.613	150.300
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	140.294	-	-	140.294
Letras do Tesouro nacional (LTN)	108.000	-	-	108.000
Nota do Tesouro Nacional (NTN)	1.287.293	-	-	1.287.293
Total	1.624.169	47.105	14.613	1.685.887

Em 30 de setembro de 2019 os saldos em aplicações no mercado aberto e o montante dos depósitos interfinanceiros com vencimentos iguais ou inferiores a 90 dias da data da aplicação, sem expectativa de mudança significativa de valor e resgatáveis a qualquer momento foram considerados como equivalentes de caixa, os quais totalizavam R\$3.318.237 (2018: R\$1.535.587).

Os saldos remanescentes de aplicações no mercado aberto e depósitos interfinanceiros referem-se a aplicações com vencimentos iguais ou inferiores a 24 meses da data da aplicação, sem expectativa de mudança significativa de valor e resgatáveis a qualquer momento.

As rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez foram:

Controladora e Consolidado				
	3º Trimestre de 2019	Acumulado 2019	3º Trimestre de 2018	Acumulado 2018
Posição Bancada	36.376	84.200	16.472	33.909
Posição Financiada	2.893	5.357	285	545
Depósitos Interfinanceiros	2.874	7.216	2.086	6.117
Total	42.143	96.773	18.843	40.571

7 Títulos e Valores Mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

São representados, substancialmente, por Títulos Públicos Federais (LFTs), Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e pelos valores atualizados das cotas de fundos de investimentos.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Carteira própria	472.851	297.793	490.670	303.415
Títulos Públicos	197.281	199.439	199.506	200.772
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	197.281	199.439	199.506	200.772
Títulos Privados	275.570	98.354	291.164	102.643
Certificados de Recebíveis Imobiliários	43.022	35.065	44.423	37.241
Certificados de depósitos bancários	-	-	4.821	-
Certificados de Recebíveis Agrícolas	-	-	611	19
Letra de crédito imobiliário	-	-	755	-
Letra de crédito agrícola	-	-	369	-
Debêntures	75.040	-	79.067	2.071
Cotas de fundo de investimento	157.508	63.289	161.118	63.312
Vinculados a prestação de garantias	53.572	10.981	53.573	10.981
Títulos Privados				
Certificados de Recebíveis Imobiliários	11.168	-	11.168	-
Títulos Públicos				
Letras Financeiras do Tesouro (LFT) - Garantia	42.404	10.981	42.405	10.981
Subtotal de títulos e valores mobiliários	526.423	308.774	544.243	314.396
Circulante	238.818	63.290	256.637	63.310
Não circulante	287.606	245.484	287.606	251.086
Instrumentos financeiros derivativos	(10.816)	(996)	(10.816)	(996)
Swaps	(10.816)	(996)	(10.816)	(996)
Total	515.607	307.778	533.427	313.400

Em 30 de setembro de 2019 o Banco Inter possuía obrigações com instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$ (10.816), (2018:R\$ (996)).

Os títulos e valores mobiliários podem ser apresentados como segue:

Classificação por tipo de títulos e vencimento

Controladora								
30/09/2019								
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de mercado/contábil	Custo de aquisição atualizado	Ganhos (perdas) não realizados
Disponível para venda								
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	51.500	149.595	38.765	-	239.860	239.682	178
Debêntures	29.999	-	-	-	45.041	75.040	75.040	(0)
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	9.575	44.630	54.205	54.318	(113)
Cotas de fundo de investimento	157.319	-	-	-	-	157.319	157.318	1
Total	187.318	51.500	149.595	48.340	89.671	526.424	526.358	66
						Total do Circulante	238.818	
						Total do não Circulante	287.606	

Controladora								
31/12/2018								
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de mercado/contábil	Custo de aquisição atualizado	Ganhos (perdas) não realizados
Disponível para venda								
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	82.445	127.975	-	210.420	210.483	(63)
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	35.064	-	35.064	35.064	-
Cotas de fundo de investimento	63.290	-	-	-	-	63.290	63.290	-
Total	63.290	-	82.445	163.039	308.774	308.837	308.837	(63)
						Total do Circulante	63.290	
						Total do não Circulante	245.484	

Consolidado								
30/09/2019								
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de mercado/contábil	Custo de aquisição atualizado	Ganhos (perdas) não realizados
Disponível para venda	187.318	51.500	149.595	48.340	89.671	526.424	329.079	197.345
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	51.500	149.595	38.765	-	239.860	42.402	197.458
Debêntures	29.999	-	-	-	45.041	75.040	75.040	(0)
Letras de Crédito Imobiliário (LCI)	-	-	-	9.575	44.630	54.205	54.318	(113)
Cotas de fundo de investimento	157.319	-	-	-	-	157.319	157.319	-
Disponível para negociação	17.819	-	-	-	-	17.819	215.099	(197.280)
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	2.222	-	-	-	-	2.222	199.502	(197.280)
Letras de Crédito Imobiliário (LCI)	755	-	-	-	-	755	755	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários	1.401	-	-	-	-	1.401	1.401	-
Certificados de Recebíveis Agrícolas	611	-	-	-	-	611	611	-
Certificados de Depósitos bancários	4.821	-	-	-	-	4.821	4.821	-
Debêntures	4.028	-	-	-	-	4.028	4.028	-
Letras de Crédito Agrícola (LCA)	369	-	-	-	-	369	369	-
Cotas de fundo de investimento	3.612	-	-	-	-	3.612	3.612	-
Total	205.137	51.500	149.595	48.340	89.671	544.243	544.178	65
						Total do Circulante	256.637	
						Total do não Circulante	287.606	

Consolidado								
31/12/2018								
	Até 3 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de mercado/contábil	Custo de aquisição atualizado	Ganhos (perdas) não realizados	
Disponível para venda								
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	82.445	127.975	1.334	211.754	210.483	1.271	
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	6	37.235	-	37.241	37.241	-	
Certificados de Recebíveis Agrícolas	-	-	20	-	20	20	-	
Debêntures	-	-	380	1.691	2.071	2.071	-	
Cotas de fundo de investimento	63.310	-	-	-	63.310	63.310	-	
Total	63.310	82.451	165.610	3.025	314.396	313.125	1.271	
						Total do Circulante	63.310	
						Total do não Circulante	251.086	

As rendas de títulos e valores mobiliários foram:

Controladora				
	3º Trimestre de 2019	Acumulado 2019	3º Trimestre de 2018	Acumulado 2018
Rendas de títulos de renda fixa	4.535	11.697	4.103	13.126
Rendas de aplicações em fundos de investimento	2.387	4.738	1.008	2.780
Resultado com títulos e valores mobiliários	6.922	16.435	5.111	15.906
Operações com derivativos	142	2.130	-	-
Total	7.064	18.565	5.111	15.906

Consolidado				
	3º Trimestre de 2019	Acumulado 2019	3º Trimestre de 2018	Acumulado 2018
Rendas de títulos de renda fixa	5.069	12.950	4.605	15.266
Rendas de aplicações em fundos de investimento	2.387	4.738	1.008	2.780
Resultado com títulos e valores mobiliários	7.456	17.688	5.613	18.046
Operações com derivativos	142	2.130	-	-
Total	7.598	19.818	5.613	18.046

Tais rendas estão registradas na rubrica “Resultado com títulos e valores mobiliários e operações com derivativos”.

Em 30 de setembro de 2019 o Banco Inter apresentou uma receita com operação de hedge no montante de R\$2.130 (30 de setembro de 2018: despesa no montante de R\$13.154).

a. Instrumentos financeiros e derivativos

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou em cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

O Banco tem parte de sua carteira de crédito imobiliário indexada ao Índice Geral de Preços (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas, parte indexada ao Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) e conta com a maior parte de sua captação em LCI indexada à taxa Depósito Interfinanceiro (DI). Com o objetivo de buscar a proteção da receita da instituição em relação às oscilações do IGP-M e IPCA, a administração optou por realizar operações de swap cujas pontas se invertem em relação à parte de suas carteiras ativas e passivas. Foram pactuadas operações com derivativos em que o Banco deve pagar a variação do IGP-M mais cupom, IPCA mais cupom e receber um determinado percentual da variação do DI, em uma data determinada.

As operações foram realizadas via B3 e contam com margem de garantia e controle por esta Bolsa. Em 30 de setembro de 2019 o Banco Inter possuía 11 contratos de swap ativos (CDI x IGP-M), com Notional

total de R\$216.989 (duzentos e dezesseis milhões e novecentos e oitenta e nove mil reais) e 6 contratos de swap ativos (CDI x IPCA), com Notional total de R\$310.000 (trezentos e dez milhões de reais) registrados na B3 e contam com depósito de margem de garantia cujo valor pode ser ajustado a qualquer momento. A operação de swap é a troca de riscos entre duas partes, consistindo em um acordo para duas partes trocarem o risco de uma posição ativa (credora) ou passiva (devedora), em data determinada, com condições previamente estabelecidas.

As operações de swap do Banco Inter estão classificadas como Hedge Accounting (“Fair Value Hedge”), como proteção da exposição às alterações no valor justo de ativo reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo atribuível a um risco particular que possa afetar o resultado.

O instrumento de hedge (swap) foi utilizado com objetivo de proteção dos riscos relacionados ao descasamento de indexadores entre as carteiras de ativos e passivos, especificamente entre taxa de juros e variações de índice de preços e são reconhecidos pelo valor justo no resultado do período. O valor justo é aquele que, de acordo com as condições de mercado, seria recebido pelos ativos e pago na liquidação dos passivos, sendo calculado com base nas taxas praticadas em mercados de Bolsa.

São objetos das operações de hedge os contratos da carteira de crédito imobiliário, protegidos pelos instrumentos acima detalhados, para os quais são descontados o spread, realizando hedge somente do risco específico da carteira.

O instrumento de hedge (swap) foi utilizado com objetivo de proteção dos riscos relacionados ao descasamento de indexadores entre as carteiras de ativos e passivos, especificamente entre taxa de juros e variações de índice de preços e são reconhecidos pelo valor justo no resultado do período. O valor justo é aquele que, de acordo com as condições de mercado, seria recebido pelos ativos e pago na liquidação dos passivos, sendo calculado com base nas taxas praticadas em mercados de Bolsa.

São objetos das operações de hedge os contratos da carteira de crédito imobiliário, protegidos pelos instrumentos acima detalhados, para os quais são descontados o spread, realizando hedge somente do risco específico da carteira.

(i) Valor dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação

Controladora e Consolidado

30/09/19

	Valor de Referência	Valor de Custo		Valor de Mercado		Ganho (perda) operação hedge	
		Banco	Contraparte	Banco	Contraparte		
		CDI x IGPM	906722276	38.397	39.144		39.024
CDI x IGPM	906722594	35.842	36.539	36.426	36.539	37.757	(1.218)
CDI x IGPM	906722608	29.894	30.476	30.390	30.476	31.591	(1.115)
CDI x IGPM	906723043	17.550	17.892	17.853	17.892	18.661	(769)
CDI x IGPM	906723159	17.306	17.643	17.609	17.643	18.463	(820)
CDI x IGPM	906723160	12.000	12.146	12.050	12.146	12.336	(190)
CDI x IGPM	906723161	14.000	14.171	14.064	14.171	14.399	(228)
CDI x IGPM	906723162	11.500	11.626	11.530	11.626	11.795	(169)
CDI x IGPM	906723163	16.000	16.175	16.046	16.175	16.578	(403)
CDI x IGPM	906723164	11.000	11.121	11.036	11.121	11.474	(353)
CDI x IGPM	906723165	13.500	13.648	13.683	13.648	14.355	(707)
Total	216.989	220.581	219.711	220.581	227.574	(6.993)	

Contrato	Valor de Referência	Valor de Custo		Valor de Mercado		Ganho (perda) operação hedge	
		Banco	Contraparte	Banco	Contraparte		
		CDI x IPCA	905638565	80.000	81.959		81.769
CDI x IPCA	905638573	60.000	61.469	61.153	61.469	61.452	17
CDI x IPCA	905638581	60.000	61.469	61.244	61.469	62.224	(755)
CDI x IPCA	905638590	50.000	51.224	51.081	51.224	52.153	(929)
CDI x IPCA	905638603	10.000	10.245	10.233	10.245	10.555	(310)
CDI x IPCA	905638611	50.000	51.224	51.189	51.224	52.945	(1.721)
Total	310.000	317.590	316.669	317.590	321.413	(3.823)	

Controladora e Consolidado

31/12/2018

	Valor de Referência	Valor de Custo		Ajuste MTM Hedge	Valor de Mercado		Valor Diferencial (a pagar) a receber	
		Banco	Contraparte		Banco	Contraparte		
		CDI x IGP-M	60421339		50.000	63.941		65.647
Total	50.000	63.941	65.647	710	63.941	64.937	(996)	

8 Relações Interfinanceiras

As relações interfinanceiras são compostas, principalmente, por créditos vinculados a depósitos efetuados no Banco Central do Brasil para cumprimento das exigibilidades sobre depósitos e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por moedas eletrônicas e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva) e são como segue:

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018
ATIVO		
Outros Sistemas de Liquidação	112.789	-
Depósitos Banco Central - Moeda Eletrônica	-	49.528
Depósitos Banco Central - Outros	56.818	22.090
Depósitos Banco Central - Reservas Compulsórias	184.983	18.500
Total	354.590	90.118
PASSIVO		
Valores a pagar a Instituições Financeiras	(497.368)	(265.081)
Outros Sistemas de Liquidação	(31.555)	-
Total	(528.923)	(265.081)

9 Operações de crédito e provisão para perdas com operações de crédito

As operações de crédito são compostas, substancialmente, por empréstimos e financiamentos com garantia imobiliária, operações ativas de capital de giro, com garantia de recebíveis, por operações de crédito pessoal, suportadas por garantias de cheques ou de consignação em folha de pagamento.

O Banco Central do Brasil, por meio da Resolução CMN nº 2.682/1999, introduziu critérios para a classificação de direitos creditórios oriundos de operações de crédito, definindo regras que entraram em vigor a partir de março de 2000, para a constituição de provisão para os créditos de liquidação duvidosa e para a divulgação de dados referentes à carteira, a saber:

a. Composição da carteira, por tipo de cliente e por atividade econômica

Operações de Crédito	30/09/2019	% carteira	31/12/2018	% carteira
Pessoa jurídica	243.762	5,56%	177.923	5,32%
Empréstimos pessoa jurídica com garantia imobiliária	540.913	12,34%	360.526	10,77%
Financiamentos imobiliários	1.275.696	29,10%	1.071.725	32,02%
Empréstimos pessoa física com garantia imobiliária Pessoa física	572.274	13,05%	514.970	15,39%
Financiamentos Rurais	1.500	0,03%	-	0,00%
Pessoa física	1.078.518	24,60%	874.375	26,12%
Ajuste de operações de crédito objeto de hedge	12.515	0,29%	(709)	-0,02%
Subtotal de operações de crédito	3.725.178		2.998.810	
Total do circulante	991.395		824.158	
Total do não circulante	2.733.783		2.174.652	
Outros créditos				
Outros créditos com característica de concessão de crédito	166.758		83.687	
Valores a receber relativos a transações de pagamentos	491.995		264.549	
Outros créditos com característica de concessão de crédito	658.753		348.236	
Total de outros créditos (circulante - nota 10)	653.460	14,91%	340.833	10,18%
Total de outros créditos (não circulante - nota 10)	5.293	0,12%	7.403	0,22%
Subtotal de operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito	658.753		348.236	
	4.383.931	100,00%	3.347.046	100,00%
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (circulante)	(70.657)		(36.130)	
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (não circulante)	(49.217)		(51.168)	
Total (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(119.874)		(87.298)	
(-) Provisão para perdas com outros créditos com característica de concessão de crédito (circulante) (nota 10)	(5.725)		(2.508)	
(-) Provisão para perdas com outros créditos com característica de concessão de crédito (não circulante) (nota 10)	(55)		(64)	
Total (-) Provisão para perdas com outros créditos	(5.780)		(2.572)	
Total (-) Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(125.654)		(89.870)	
Total	4.258.277		3.257.176	

b. Vencimento e direcionamento dos créditos

30/09/2019					
	Prestações vencidas a partir de 15 dias	Prestações a vencer			Total
		Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Créditos					
Setor privado					
Pessoa Jurídica	29.863	44.258	83.249	86.392	243.762
Empréstimo PJ - Garantia imobiliária	3.967	30.757	88.271	417.918	540.913
Financiamentos Imobiliários	10.886	35.000	95.845	1.133.965	1.275.696
Empréstimo PF - Garantia imobiliária	8.780	19.118	47.983	496.393	572.274
Financiamento rural	-	-	1.500	-	1.500
Pessoas físicas	122.706	169.288	187.409	599.115	1.078.518
Ajuste de operações de crédito objeto de hedge	12.515	-	-	-	12.515
Total operação de crédito	188.717	298.421	504.257	2.733.783	3.725.178
Outros créditos com característica de op. de crédito					
Outros créditos com características de concessão de crédito	367	158.217	2.882	5.293	166.759
Cartão de crédito - compra à vista e parcelado lojista	-	491.994	-	-	491.994
Total outros créditos com característica de op. de crédito	367	650.211	2.882	5.293	658.753
Total operação de crédito	189.084	948.632	507.139	2.739.076	4.383.931

31/12/2018					
	Prestações vencidas a partir de 15 dias	Prestações a vencer			Total
		Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Créditos					
Setor privado					
Pessoa Jurídica	4.814	83.945	51.002	38.162	177.923
Empréstimo PJ - Garantia imobiliária	3.448	21.368	58.899	276.811	360.526
Financiamentos Imobiliários	12.435	32.620	81.591	945.079	1.071.725
Empréstimo PF - Garantia imobiliária	8.902	18.075	45.687	442.306	514.970
Pessoas físicas	56.005	170.455	175.621	472.294	874.375
Ajuste de operações de crédito objeto de hedge	-	(709)	-	-	(709)
Total operação de crédito	85.604	325.754	412.800	2.174.652	2.998.810
Outros créditos com característica de op. De crédito					
Outros créditos com características de concessão de crédito	6.795	67.121	2.368	7.403	83.687
Cartão de crédito - compra à vista e parcelado lojista	-	264.549	-	-	264.549
Total outros créditos com característica de op. De crédito	6.795	331.670	2.368	7.403	348.236
Total operação de crédito	92.399	657.424	415.168	2.182.055	3.347.046

c. Composição da carteira por níveis de risco (rating) e por atividade econômica

	Percentual mínimo de provisão	30/09/2019		31/12/2018	
		Valor da carteira	Provisão	Valor da carteira	Provisão
AA	-	571.149	-	432.268	-
A	0,50%	3.266.412	(18.456)	2.472.641	(12.363)
B	1,00%	238.073	(2.381)	191.106	(1.911)
C	3,00%	116.698	(3.501)	112.853	(3.386)
D	10,00%	53.596	(5.360)	42.999	(4.300)
E	30,00%	37.356	(11.207)	24.987	(7.496)
F	50,00%	20.966	(10.483)	11.882	(5.941)
G	70,00%	18.050	(12.635)	12.792	(8.955)
H	100,00%	61.631	(61.631)	45.518	(45.518)
Total		4.383.931	(125.654)	3.347.046	(89.870)

c.1 Composição PCLD por atividade econômica

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018
Pessoa jurídica	(4.179)	(1.841)
Empréstimos pessoa jurídica com garantia imobiliária	(5.595)	(7.975)
Financiamentos imobiliários	(21.300)	(23.156)
Empréstimos pessoa física com garantia imobiliária	(10.524)	(13.752)
Financiamento Rural	(8)	-
Pessoa física	(78.270)	(40.573)
Outros Créditos	(5.780)	(2.573)
Total	(125.654)	(89.870)

Durante o período findo em 30 de setembro de 2019, o total de créditos recuperados foi de R\$8.214 (30 de setembro de 2018: R\$ 23.856), o de créditos renegociados foi de R\$3.101 (30 de setembro de 2018: R\$ 3.040) e de créditos baixados como prejuízo foi de R\$51.575 (30 de setembro de 2018: R\$40.448).

d. Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2019	30/09/2018
Saldo inicial	(89.870)	(85.212)
Provisão constituída	(110.512)	(51.871)
Reversão de provisão	23.153	11.499
Baixas para prejuízo	51.575	40.448
Saldo final	(125.654)	(85.136)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 9a)	(119.874)	(82.245)
(-) Provisão para perdas com outros créditos com característica de concessão de crédito (Nota 10)	(5.725)	(2.891)

e. Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	Controladora e Consolidado			
	3º Trimestre de 2019	Acumulado 2019	3º Trimestre de 2018	Acumulado 2018
Provisão constituída	(46.645)	(110.512)	(17.177)	(51.871)
Reversão de provisão	12.725	23.153	5.586	11.499
Despesa de PCLD líquida de recuperações	(33.920)	(87.359)	(11.591)	(40.372)

f. Rendas de operações de crédito

Controladora e Consolidado				
	3º Trimestre de 2019	Acumulado 2019	3º Trimestre de 2018	Acumulado 2018
Rendas Pessoa jurídica	31.365	83.990	22.099	61.450
Rendas Financiamentos imobiliários	40.771	121.063	47.922	116.915
Rendas Empréstimos imobiliários	27.363	82.496	29.628	76.562
Rendas Pessoa física	63.855	182.064	49.669	146.567
Renda bruta de operações de crédito	163.354	469.613	149.318	401.494
Recuperação de créditos baixados	8.214	18.387	7.914	23.856
(-) Despesas de comissões pagas	(4.113)	(11.564)	(4.707)	(18.676)
Total	167.455	476.436	152.525	406.674

10 Outros créditos

Compreendem saldos de devedores diversos, bem como créditos tributários sobre diferenças temporárias.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Carteira de câmbio	1.026	15	1.026	15
Adiantamentos a terceiros	4.274	934	7.916	3.722
Impostos e contribuições a compensar	11.939	2.232	12.295	2.782
Negociação e intermediação de valores	2.187	2.020	2.187	2.020
Outras rendas a receber	753	-	3.742	1.250
Devedores diversos (a)	154.599	66.418	154.893	72.256
Créditos tributários (d)	48.199	36.080	48.240	36.421
Cheques a receber	-	734	-	734
Bonificações a receber	7.982	10.508	7.982	10.508
Valores a receber relativos a transações de pagamentos (Nota 8) (b)	491.995	264.549	491.995	264.549
Outros créditos com característica de concessão de crédito (Nota 8) (b)	161.465	76.284	161.465	76.284
(-) Provisão para outros créditos (Nota 8)	(5.725)	(2.508)	(5.725)	(2.508)
Total circulante	878.694	457.266	886.016	468.033
Créditos tributários (d)	9.213	1.124	9.213	1.124
Depósito em garantia (c)	1.131	1.030	1.131	1.030
Outros créditos com características de concessão de crédito (Nota 8) (b)	5.293	7.403	5.293	7.403
(-) Provisão para outros créditos (Nota 8)	(55)	(64)	(55)	(64)
Total não circulante	15.582	9.493	15.582	9.493
	894.276	466.759	901.598	477.526

(a) Referem-se a liquidações antecipadas de operações de crédito no valor de R\$25.521 (2018: R\$53.734), recompra de operações de crédito no valor de R\$2.426 (2018: R\$3.629), outros valores R\$15.514 (2018: R\$7.286), valores em custódia ATM no montante de R\$80.038 (2018: R\$1.773) e devedores diversos de bens não de uso no valor de R\$31.100 (2018: R\$0).

(b) Referem-se à acordos com operações de crédito pessoal, imobiliário e com pessoas jurídicas, assim como operações a receber de cartão de crédito.

(c) Os saldos de depósitos em garantia referem-se a depósitos judiciais correspondentes: i) ao questionamento judicial da extinção da correção monetária de balanço, em conformidade com a Lei nº 9.249/1995, advindo do aproveitamento (dedução) integral do saldo devedor de correção monetária no exercício de 1996 na apuração do IRPJ e da CSLL no valor de R\$943 (2018: R\$905); e ii) a valores

bloqueados pelo sistema judicial do Banco Central (BACEN JUD) em contas-correntes mantidas em Instituições Financeiras de R\$187 (2018: R\$125).

- (d) Os créditos tributários são decorrentes de diferenças temporárias relativas às provisões sobre operações de crédito. A totalidade desses créditos tem sua realização estimada até 2020.

Ademais, estão reconhecidos os créditos relativos às diferenças temporárias decorrentes de provisões cíveis e trabalhistas sobre as operações com realização prevista para 2019.

O valor presente dos créditos tributários, calculado com base na taxa média de Certificados de Depósitos Interfinanceiros projetada para os períodos correspondentes (CDI de 4,93% a.a.), está descontado de R\$1.957, apurando-se, assim, o montante a ser realizado de R\$57.412 em 30 de setembro de 2019.

	Controladora		
	30/09/2019		
Itens-base do diferimento	Imposto de renda - PJ	Contribuição social sobre o lucro	Saldo de créditos tributários
Diferenças temporárias:			
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	89.852	89.852	35.941
Provisão sob ações cíveis e fiscais	14.581	14.581	5.832
Provisão sob processos trabalhistas	3.763	3.763	1.505
Prejuízo fiscal	36.525	36.525	14.610
Diferenças temporárias diversas	(1.191)	(1.191)	(476)
Base de cálculo	143.530	143.530	57.412
Alíquota	25%	15%	
Crédito tributário diferido atual	35.882	21.530	57.412
Créditos tributários em 31 de dezembro de 2018	92.975	92.975	37.190
Constituição do período	75.967	75.967	30.387
Realização do período	(25.412)	(25.412)	(10.165)
Créditos tributários em 30 de setembro de 2019	143.530	143.530	57.412
		Circulante	48.199
		Não Circulante	9.213

	Controladora		
	31/12/2018		
	Imposto de renda - PJ	Contribuição social sobre o lucro	Saldo de créditos tributários
Itens-base do diferimento			
Diferenças temporárias:			
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	68.994	68.994	27.597
Provisão sob ações cíveis e fiscais	14.233	14.233	5.693
Provisão sob processos trabalhistas	3.947	3.947	1.579
Provisão para desvalorização de bens	276	276	124
Diferenças temporárias diversas	2.268	2.268	907
Operações de <i>hedge</i>	3.257	3.257	1.303
Base de cálculo	92.975	92.975	37.203
Alíquota	25%	15%	
Crédito tributário diferido atual	23.244	13.959	37.203
Créditos tributários em 31 de dezembro de 2017	76.763	76.763	34.543
Constituição do período	87.803	87.803	39.511
Realização do período	(71.591)	(71.591)	(32.216)
Efeito redução alíquota CSLL	-	-	(4.634)
Créditos tributários em 31 de dezembro de 2018	92.975	92.975	37.204
		Circulante	36.080
		Não Circulante	1.124

	Consolidado		
	30/09/2019		
	Imposto de renda - PJ	Contribuição social sobre o lucro	Saldo de créditos tributários
Itens-base do diferimento			
Diferenças temporárias:			
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	89.852	89.852	35.941
Provisão sob ações cíveis e fiscais	14.581	14.581	5.832
Provisão sob processos trabalhistas	3.763	3.763	1.505
Diferenças temporárias diversas	(1.191)	(1.191)	(476)
Prejuízo fiscal	36.525	36.525	14.610
Base de cálculo	143.530	143.530	57.412
Alíquota	25%	15%	
Crédito tributário diferido atual	35.883	21.529	57.412
Créditos tributários em 31 de dezembro de 2018	93.827	93.827	37.531
Constituição do período	78.258	78.258	31.303
Realização do período	(28.428)	(28.428)	(11.381)
Créditos tributários em 30 de setembro de 2019	143.657	143.657	57.453
		Circulante	48.240
		Não Circulante	9.213

	Consolidado		
	31/12/2018		
	Imposto de renda - PJ	Contribuição social sobre o lucro	Saldo de créditos tributários
Itens-base do diferimento			
Diferenças temporárias:			
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	68.994	68.994	27.598
Provisão sob ações cíveis e fiscais	14.233	14.233	5.693
Provisão sob processos trabalhistas	3.947	3.947	1.579
Provisão para desvalorização de bens	276	276	124
Diferenças temporárias diversas	2.268	2.268	907
Operações de hedge	3.257	3.257	1.303
Prejuízo fiscal	852	852	341
Base de cálculo	93.827	93.827	37.545
Alíquota	25%	20%	
Crédito tributário diferido atual	23.457	18.765	42.222
Créditos tributários em 31 de dezembro de 2017	77.869	77.869	35.041
Constituição do período	88.048	88.048	39.622
Realização do período	(72.090)	(72.090)	(32.441)
Efeito redução alíquota	-	-	(4.677)
Créditos tributários em 31 de dezembro de 2018	93.827	93.827	37.545
		Circulante	36.421
		Não Circulante	1.124

A expectativa de realização dos créditos tributários constituídos está amparada em estudo de realização do crédito tributário preparado, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora					
	30/09/2019					
	Base créditos diferidos		IR		CSLL	
Período	Base do crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente
2019	120.497	116.761	30.124	29.190	18.075	17.515
2020	23.030	21.873	5.758	5.469	3.455	3.281
Total do circulante	120.497	116.761	30.124	29.190	18.075	17.515
Total do não circulante	23.030	21.873	5.758	5.469	3.455	3.281
Total geral	143.527	138.634	35.882	34.659	21.530	20.796

	Controladora					
	31/12/2018					
	Base créditos diferidos		IR		CSLL	
Período	Base do crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente
2019	90.200	85.586	22.550	21.397	13.530	12.838
2020	2.775	2.588	703	656	421	393
Total do circulante	90.200	85.586	22.550	21.397	13.530	12.838
Total do não circulante	2.775	2.588	703	656	421	393
Total geral	92.975	88.174	23.253	22.052	13.951	13.231

Período	Consolidado					
	30/09/2019					
	Base créditos diferidos		IR		CSLL	
	Base do crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente
2019	120.625	116.761	30.151	29.185	18.089	17.510
2020	23.030	21.873	5.758	5.469	3.455	3.281
Total do circulante	120.625	116.761	30.151	29.185	18.089	17.510
Total do não circulante	23.030	21.873	5.758	5.469	3.455	3.281
Total geral	143.655	138.634	35.909	34.654	21.544	20.791

Período	Consolidado					
	31/12/2018					
	Base créditos diferidos		IR		CSLL	
	Base do crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente
2019	91.051	87.385	22.763	21.846	13.658	13.108
2020	2.776	2.588	703	655	421	392
Total do circulante	91.051	87.385	22.763	21.846	13.658	13.108
Total do não circulante	2.776	2.588	703	655	421	392
Total geral	93.827	89.973	23.466	22.502	14.079	13.501

11 Outros valores e bens

	Controladora		Consolidado		
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018	
Bens não de uso próprio (a)					
Bens não de uso próprio	113.981	88.637	113.981	88.636	
Estoque de materiais	3.399	1.572	3.399	1.572	
Provisão para desvalorização	-	(277)	-	(277)	
	117.380	89.932	117.380	89.931	
Despesas antecipadas (b)					
Despesas antecipadas de correspondentes	2.233	9.021	2.233	9.021	
Deságio na colocação de títulos	227	648	227	648	
Outras despesas antecipadas	23.188	10.443	23.188	10.469	
	25.648	20.112	25.648	20.138	
Total	143.028	110.044	143.028	110.069	
	Circulante	20.799	97.205	20.799	97.230
	Não circulante	122.229	12.839	122.229	12.839

- (a) Os bens não de uso próprio referem-se aos imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e consolidações. A provisão para desvalorização desses imóveis é constituída com base em estimativa realizada pela Administração.
- (b) As despesas com comissões pagas aos correspondentes até dezembro de 2014 estão sendo diferidas conforme o prazo de recebimento dos contratos firmados com os respectivos clientes, que são classificados até a realização futura das rendas pertinentes aos referidos contratos, quando serão apropriadas para o resultado. Já as comissões pagas a partir de 2015 são apropriadas ao resultado de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 4.294/2013.

12 Investimentos

Os ajustes dos investimentos são realizados pelo método de equivalência patrimonial e pelo custo, conforme demonstrado abaixo:

Empresas controladas	Nota	Capital social	Patrimônio líquido	Participação no capital social	Valor contábil		Resultado de Equivalência			
					30/09/2019	31/12/2018	3º trimestre de 2019	30/09/2019	3º trimestre de 2018	30/09/2018
Inter Digital Corretora e Consultoria de Seguros Ltda.	(a)	100	3.091	60,00%	1.854	4.098	1.796	7.142	2.465	6.366
Inter DTVM Ltda	(a)	25.000	27.767	98,3333%	27.305	12.367	958	2.115	79	557
Inter Asset	(a)	5.000	4.925	99,99%	4.925	-	(31)	(74)	-	-
Total					34.084	16.465	2.723	9.183	2.544	6.923
Outros Investimentos	(b)				1.105	1.105	-	-	-	-
Total geral Investimentos					35.189	17.570	2.723	9.183	2.544	6.923

Em janeiro de 2019 foi constituída e adquirida pelo Banco a Inter Asset, empresa administradora de fundos de investimentos.

Em 8 de maio de 2019, o Banco celebrou um contrato de compra e venda de quotas de emissão de sua controlada Inter Digital Corretora e Consultoria em Seguros Ltda. (“Inter Seguros”), com a Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A. (“Wiz”), por meio da qual o Banco se comprometeu a alienar 40% das quotas de emissão da Inter Seguros por valor correspondente a R\$114 milhões, sendo (i) R\$45 milhões fixos e pagos na data de fechamento e (ii) R\$69 milhões variáveis, nos termos do contrato de compra e venda de quotas, divididos em quatro parcelas anuais, as quais estão sujeitas a ajustes de acordo com a performance financeira da Inter Seguros, aferida pelo seu EBITDA, calculado com base nas demonstrações financeiras em IFRS da Inter Seguros. A operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE em 07 de junho de 2019, e une a plataforma digital com mais de 2 milhões de clientes do Banco, com a expertise de 45 anos da Wiz em gestão de canais de distribuição de seguridade e serviços bancários, criando um relevante canal digital de distribuição de seguridade do Brasil.

a. Investimentos avaliados pelo Método de Equivalência Patrimonial

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica “Resultado de participações em controladas”.

b. Outros investimentos

No exercício de 2016, o Banco adquiriu 5 (cinco) cotas da Câmara Interbancária de Pagamentos e o preço total desta aquisição foi de R\$ 1.105. Tal investimento está avaliado pelo custo.

13 Intangível

a. Intangível	Taxa anual amortização	Controladora 30/09/2019			Controladora 31/12/2018		
		Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor residual
Direito de Uso	20%	12.554	(7.531)	5.023	6.274	(1.153)	5.121
Software	20%	3.595	(36)	3.559	1	(181)	(180)
Intangível em andamento		52.789	-	52.789	21.100	-	21.100
Total de Intangível		68.938	(7.567)	61.371	27.375	(1.334)	26.041

a. Intangível	Taxa anual amortização	Consolidado			Consolidado		
		30/09/2019			31/12/2018		
		Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor residual
Direito de Uso	20%	12.583	(7.559)	5.024	6.302	(1.177)	5.125
Software	20%	4.236	(186)	4.050	385	(188)	197
Intangível em andamento		53.822	-	53.822	21.099	-	21.099
Total de Intangível		70.641	(7.745)	62.896	27.786	(1.365)	26.421

a. Movimentação do intangível

Controlada				
Ativo intangíveis - custo histórico				
	Direito de Uso	Software	Intangível em andamento	Total
Saldo em 31/12/2018	3.839	2.436	21.100	27.375
Adições	8.715	1.159	31.689	41.563
Baixas	-	-	-	-
Saldo em 30/09/2019	12.554	3.595	52.789	68.938
Ativo intangível - amortização acumulada				
	Direito de Uso	Software	Intangível em andamento	Total
Saldo em 31/12/2018	(1.153)	(181)	-	(1.334)
Adições	(6.197)	(36)	-	(6.233)
Baixas	-	-	-	-
Saldo em 30/09/2019	(7.350)	(217)	-	(7.567)
Total de intangível	5.204	3.378	52.789	61.371

Controlada				
Ativo intangíveis - custo histórico				
	Direito de Uso	Software	Intangível em andamento	Total
Saldo em 31/12/2017	975	-	-	975
Adições	5.298	2	21.100	26.400
Baixas	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2018	6.273	2	21.100	27.375
Ativo intangível - amortização acumulada				
	Direito de Uso	Software	Intangível em andamento	Total
Saldo em 31/12/2017	(17)	-	-	(17)
Adições	(1.136)	(181)	-	(1.317)
Baixas	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2018	(1.153)	(181)	-	(1.334)
Total de intangível	5.120	(179)	21.100	26.041

Consolidado				
Ativo intangível - custo histórico				
	Direito de Uso	Software	Intangível em andamento	Total
Saldo em 31/12/2018	3.868	2.819	21.099	27.786
Adições	8.715	1.417	32.723	42.855
Baixas	-	-	-	-
Saldo em 30/09/2019	12.583	4.236	53.822	70.641
Ativo intangível - amortização acumulada				
	Direito de Uso	Software	Intangível em andamento	Total
Saldo em 31/12/2018	(1.178)	(187)	-	(1.365)
Adições	(6.200)	(180)	-	(6.380)
Baixas	-	-	-	-
Saldo em 30/09/2019	(7.378)	(367)	-	(7.745)
Total de intangível	5.205	3.869	53.822	62.896

Consolidado				
Ativo intangível - custo histórico				
	Direito de Uso	Software	Intangível em andamento	Total
Saldo em 31/12/2017	1.004	-	-	1.004
Adições	5.302	381	21.099	26.401
Baixas	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2018	6.306	381	21.099	27.786
Ativo intangível - amortização acumulada				
	Direito de Uso	Software	Intangível em andamento	Total
Saldo em 31/12/2017	(40)	-	-	(40)
Adições	(1.140)	(185)	-	(1.325)
Baixas	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2018	(1.180)	(185)	-	(1.365)
Total de intangível	5.126	196	21.099	26.421

14 Depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos

a. Depósitos

Controladora					
30/09/2019					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos à vista	1.461.566	-	-	-	1.461.566
Depósitos Poupança	218.513	-	-	-	218.513
Depósitos interfinanceiros	-	-	-	-	-
Depósitos a prazo	13.589	118.313	154.963	2.168.230	2.455.095
Outros depósitos	-	-	-	-	-
Total geral	1.693.668	118.313	154.963	2.168.230	4.135.174
Total do circulante					1.966.944
Total do não circulante					2.168.230

Controladora					
31/12/2018					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos à vista	619.655	-	-	-	619.655
Depósitos Poupança	73.778	-	-	-	73.778
Depósitos interfinanceiros	-	-	-	-	-
Depósitos a prazo	25.578	223.838	211.066	1.182.350	1.642.832
Outros depósitos	58.170	-	-	-	58.170
Total geral	777.181	223.838	211.066	1.182.350	2.394.435
Total do circulante					1.212.085
Total do não circulante					1.182.350

Consolidado					
30/09/2019					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos à vista	1.457.606	-	-	-	1.457.606
Depósitos Poupança	218.513	-	-	-	218.513
Depósitos interfinanceiros	-	-	-	-	-
Depósitos a prazo	13.589	118.313	154.963	2.160.774	2.447.639
Outros depósitos	-	-	-	-	-
Total geral	1.689.708	118.313	154.963	2.160.774	4.123.758
Total do circulante					1.962.984
Total do não circulante					2.160.774

Consolidado					
31/12/2018					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos à vista	618.288	-	-	-	618.288
Depósitos Poupança	73.778	-	-	-	73.778
Depósitos interfinanceiros	-	-	-	-	-
Depósitos a prazo	25.578	223.838	211.066	1.179.800	1.640.282
Outros depósitos	58.170	-	-	-	58.170
Total geral	775.814	223.838	211.066	1.179.800	2.390.518
Total do circulante					1.210.718
Total do não circulante					1.179.800

b. Recursos de aceites e emissão de títulos

Controladora					
30/09/2019					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Letras de Crédito Imobiliário	144.201	727.681	369.521	709.206	1.950.609
Letras Financeiras	-	-	11.039	-	11.039
Letras Imobiliárias Garantidas	-	-	-	12.552	12.552
Total geral	144.201	727.681	380.560	721.758	1.974.200
				Total do circulante	1.252.442
				Total do não circulante	721.758

Controladora					
31/12/2018					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Letras de Crédito Imobiliário	118.657	715.198	341.694	543.880	1.719.429
Letras de Crédito Agronegócio	-	20.115	-	-	20.115
Letras Financeiras	-	1.876	-	10.513	12.389
Letras Imobiliárias Garantidas	-	-	-	12.003	12.003
Total geral	118.657	737.189	341.694	566.396	1.763.936
				Total do circulante	1.197.540
				Total do não circulante	566.396

Consolidado					
30/09/2019					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Letras de Crédito Imobiliário	144.201	727.681	369.438	709.206	1.950.526
Letras Financeiras	-	-	11.039	-	11.039
Letras Imobiliárias Garantidas	-	-	-	12.552	12.552
Total geral	144.201	727.681	380.477	721.758	1.974.117
				Total do circulante	1.252.359
				Total do não circulante	721.758

Consolidado					
31/12/2018					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Letras de Crédito Imobiliário	118.657	715.198	341.694	543.880	1.719.429
Letras de Crédito Agronegócio	-	20.115	-	-	20.115
Letras Financeiras	-	1.876	-	10.513	12.389
Letras Imobiliárias Garantidas	-	-	-	12.003	12.003
Total geral	118.657	737.189	341.694	566.396	1.763.936
				Total do circulante	1.197.540
				Total do não circulante	566.396

Em 31 de dezembro de 2018 foram emitidos R\$12 milhões em Letra Imobiliária Garantida (LIG) com percentual de remuneração de 98% do CDI. Em 30 de junho de 2019 esta emissão está garantida por financiamentos imobiliários para aquisição de imóveis residenciais no montante de R\$16.754 (2018: R\$ 20.391), aproximadamente 0,18% do ativo total.

No período findo em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 o Banco não possuía captações de DPGE. Os demais depósitos a prazo possuem taxa média de remuneração de 100,3% do CDI (31/12/2018: 108,2%).

c. Despesas com operações de captação no mercado

	Controladora			
	3º Trimestre de 2019	30/09/2019	3º Trimestre de 2018	30/09/2018
Despesas de captação				
Depósitos Interfinanceiros	(2)	(2)	(22)	(158)
Despesa com Depósitos de poupança	(1.664)	(3.710)	(16)	(16)
Depósitos à prazo	(35.020)	(91.832)	(25.954)	(75.850)
Letra Imobiliária Garantida	(186)	(549)	-	-
Letras de Crédito Imobiliário	(29.039)	(88.101)	(31.171)	(84.156)
Letras de Crédito Agronegócio	-	(114)	(249)	(782)
Total	(65.911)	(184.308)	(57.412)	(160.962)
Despesas com obrigações por operações				
Letras financeiras	(177)	(569)	(205)	(480)
Total	(177)	(569)	(205)	(480)
Total das despesas com captação no mercado	(66.088)	(184.877)	(57.617)	(161.442)

	Consolidado			
	3º Trimestre de 2019	30/09/2019	3º Trimestre de 2018	30/09/2018
Despesas de captação				
Depósitos Intefinanceiros	(2)	(2)	(22)	(158)
Despesa com Depósitos de poupança	-1665	(3.711)	(16)	-16
Depósitos à prazo	(34.927)	(91.461)	(25.859)	(75.562)
Letra Imobiliária Garantida	(186)	(549)	-	-
Letras de Crédito Imobiliário	(29.040)	(88.102)	(31.171)	(84.156)
Certificado de crédito imobiliário	(12)	(19)	-	-
Letras de Crédito Agronegócio	-	(114)	(249)	(782)
Total	(65.832)	(183.958)	(57.317)	(160.674)
Despesas com obrigações por operações				
Letras financeiras	(178)	(569)	(205)	(480)
Total	(178)	(569)	(205)	(480)
Total das despesas com captação no mercado	(66.010)	(184.527)	(57.522)	(161.154)

15 Obrigações por repasse do país - Instituições oficiais

Referem-se a operações de repasse de financiamentos de créditos imobiliários captados com a Caixa Econômica Federal, com taxas entre 4,5% e 6% a.a.

	Controladora e Consolidado				
	30/09/2019				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Empréstimos e repasses	109	545	652	28.855	30.161
Total geral	109	545	652	28.855	30.161
				Total do circulante	1.306
				Total do não circulante	28.855

31/12/2018					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Empréstimos e repasses	112	556	670	30.648	31.986
Total geral	112	556	670	30.648	31.986
				Total do circulante	1.338
				Total do não circulante	30.648

16 Outras obrigações

OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado		
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018	
Impostos devidos	13.767	9.836	14.339	10.195	
Cessões a pagar e pagamentos diversos (a)	101.189	90.089	102.968	91.379	
Provisão para imposto de renda e contribuição social	-	-	1.586	817	
Dividendos / Juros sobre capital próprio a pagar (nota 17d)	11.371	8.033	14.371	8.221	
Operações de câmbio	966	1.695	966	1.695	
Credores por recursos a liberar (c)	60.543	65.437	60.543	65.437	
Valores a pagar a sociedades ligadas	7	-	156	124	
Outras obrigações	1.120	93	3.126	6.177	
Provisão para contingências (b)	19.286	19.086	19.286	19.086	
Total	208.249	194.269	217.341	203.131	
	Circulante	186.765	175.329	196.223	184.191
	Não circulante	21.484	18.940	21.118	18.940

- (a) Estes valores são representados principalmente por pagamentos a processar no valor de R\$46.821 (2018: R\$36.354), provisão para credores e fornecedores diversos de R\$12.137 (2018: R\$12.782), financiamentos a liberar no valor de R\$6.441 (2018: R\$5.726), cheque administrativo, no valor de R\$1.634 (2018: R\$5.732), convênios no valor de R\$1.487 (2018: R\$21) e provisões trabalhistas no valor de R\$16.132 (2018: R\$9.279);
- (b) Provisão para contingências relativas a diversas ações cíveis e trabalhistas no valor de R\$18.344 (2018: R\$18.181), conforme divulgado na Nota Explicativa nº 20. compreende o provisionamento dos efeitos do questionamento judicial da extinção da correção monetária de balanço, em conformidade com a Lei nº 9.249/1995, advindo do aproveitamento (dedução) integral do saldo devedor de correção monetária no exercício de 1996 na apuração do IRPJ e da CSLL, no montante de R\$942 (2018: R\$905); cujo depósito judicial no mesmo montante está registrado no ativo realizável a longo prazo (Nota Explicativa nº 10); e
- (c) O saldo de credores por recursos a liberar é representado por valores a liberar a clientes referentes a operações de créditos imobiliários no aguardo do registro do imóvel.

17 Transações com partes relacionadas

	Prazo médio	Taxa média	30/09/2019		31/12/2018	30/09/2018
			Passivos	Despesas	Passivos	Despesas
Controlador (a)						
Captações (depósitos e letras)	3 a 36 meses	92 a 102% CDI	(20.686)	(2.100)	(135.409)	(4.731)
Controladas (b)						
Captações (depósitos e letras)	3 a 61 meses	90 a 102% CDI	(13.770)	(604)	(28.643)	(1.870)
Pessoal-chave da Administração (c)						
Captações (depósitos e letras)	12 a 61 meses	92 a 104% CDI	(13.084)	(642)	(5.878)	(3.361)
Outras partes relacionadas (d)						
Pessoas físicas e jurídicas relacionadas	3 a 61 meses	92 a 110% CDI	(589.927)	(3.892)	(320.800)	(13.861)

- (a) quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que controlem a Instituição;
- (b) qualquer entidade sob controle da instituição;
- (c) qualquer diretor, conselheiro, membro do conselho fiscal;
- (d) quaisquer membros da família imediata do pessoal-chave da administração ou empresas por estes controladas;

As captações via depósitos correspondem a CDBs, LCIs e LCAs pós-fixados. As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigente nas datas das operações.

O Banco possui também operações de aluguéis de imóveis junto a partes relacionadas. Em 30 de setembro de 2019 as despesas com estes aluguéis totalizaram R\$2.458 (2018: R\$2.190).

Em 30 de setembro de 2019 o Banco possui Certificados de Recebíveis Imobiliários emitidos pela LOG Commercial Properties no montante de R\$50.145.

A partir de 01 de janeiro de 2019, conforme resolução CMN nº 4.693, o Banco e suas controladas podem conceder operações de crédito para a suas partes relacionadas desde que observados os seguintes limites:

- 1% do patrimônio líquido ajustado pelas receitas e despesas acumuladas para contratação com pessoa natural; e
- 5% do patrimônio líquido ajustado pelas receitas e despesas acumuladas para contratação com pessoa jurídica.

O somatório dos saldos das operações de crédito contratadas, direta ou indiretamente, com partes relacionadas não deve ser superior a 10% do valor relativo ao patrimônio líquido ajustado pelas receitas e despesas acumuladas.

Em 30 de setembro de 2019 o Banco possuía o montante de R\$49.752 em operações de crédito com partes relacionadas. Ademais, o Banco possuía saldos a receber de operações com cartões de crédito no montante de R\$892.

a. Remuneração dos Administradores do Banco

A remuneração dos Administradores do Banco é paga integralmente pelo Banco Inter S.A, sem o respectivo reembolso. O Banco possui plano de opção de compra de ações preferenciais para os seus Administradores. Maiores informações sobre o plano estão detalhadas na nota explicativa nº 27.

A remuneração dos Administradores do Banco Inter S.A para o período findo em 30 de setembro de 2019 foi de, aproximadamente, R\$8.674 (30 de setembro de 2018: R\$7.175) ad referendum à Assembleia Geral Ordinária.

Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 19 (d), do lucro do período findo em 30 de setembro de 2019, foram propostos juros sobre o capital próprio aos acionistas, no montante de R\$38.438 (2018: R\$ 18.335).

18 Imposto de renda e contribuição social

O Banco constituiu provisões temporariamente não dedutíveis no montante aproximado de R\$89.852 (2018: R\$ 68.994), sobre as quais constituiu créditos diferidos relativos a imposto de renda e contribuição social, cujo valor, em 30 de setembro de 2019, perfazia um montante de R\$35.941 (2018: R\$ 27.597).

Além disso, o Banco mantém bases de cálculo de créditos tributários relativas a: provisão para ações cíveis e fiscais, no valor de R\$14.581 (2018: R\$14.233); provisões trabalhistas, no valor de R\$3.763 (2018: R\$ 3.947); provisão para desvalorização de bens não de uso próprio, no valor de R\$0 (2018: R\$ 276); prejuízo fiscal, no valor de R\$36.525 (2018: R\$0) e decorrentes de outras diferenças temporárias no valor de R\$(1.191) (2018: R\$5.525). O total destes créditos tributários é de R\$21.471 (2018: R \$9.363).

A Administração, com base na Resolução CMN nº 3.059/2002, entende que serão produzidos resultados suficientes para a absorção de tal crédito, conforme detalhamento apresentado na Nota Explicativa nº 10 (d).

	Controladora			
	30/09/2019		30/09/2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	54.908	54.908	64.190	64.190
Adições (exclusões) líquidas:				
Juros sobre capital próprio	(38.438)	(38.438)	(27.501)	(27.501)
Equivalência patrimonial	(9.183)	(9.183)	(6.923)	(6.923)
PCLD, líquida	14.003	14.003	76	76
Prejuízo fiscal	-	-	(5.284)	(5.284)
Provisões para contingências	174	174	5.160	5.160
Hedge	(6.955)	(6.955)	-	-
Despesas IPO	(49.372)	(49.372)	(30.867)	(30.867)
Outras, líquidas	(1.653)	(1.653)	14.495	14.495
Base de cálculo (antes da compensação de prejuízo fiscal)	(36.516)	(36.516)	13.346	13.346
Alíquota efetiva	-	-	(2.002)	(2.669)
Alíquota adicional (10%)	-	-	(1.317)	-
Incentivos fiscais	-	-	-	-
Benefício fiscal	-	-	80	-
IRPJ e CSLL diferidos	448	255	(6.192)	(5.342)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	448	255	(9.431)	(8.011)
Provisão para imposto de renda	-	-	-	(3.239)
Provisão para contribuição social	-	-	-	(2.669)
Ativo fiscal diferido	-	703	-	(11.534)
Total imposto de renda e contribuição social	-	703	-	(17.442)

	Consolidado			
	30/09/2019		30/09/2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Apuração Lucro Real				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	58.326	58.326	65.303	65.303
Adições (exclusões) líquidas:				
Juros sobre capital próprio	(38.438)	(38.438)	(27.501)	(27.501)
Equivalência patrimonial	(9.183)	(9.183)	(6.923)	(6.923)
PCLD, líquida	14.003	14.003	76	76
Prejuízo fiscal	-	-	(5.628)	(5.628)
Provisões para contingências	174	174	5.160	5.160
Hedge	(6.955)	(6.955)	-	-
Despesas IPO	(49.372)	(49.372)	(30.867)	(30.867)
Outras, líquidas	(1.653)	(1.653)	14.495	14.495
Base de cálculo	(33.098)	(33.098)	14.115	14.115
Dedução 30% prejuízo fiscal	(851)	(851)	-	-
Lucro real e base de cálculo	<u>(33.949)</u>	<u>(33.949)</u>	<u>14.115</u>	<u>14.115</u>
Apuração Lucro Presumido				
Receita de serviços	14.661	14.661	13.296	13.296
Lucro presumido (32%)	4.692	4.692	4.255	4.255
Outras receitas	154	154	256	256
Base de cálculo	4.846	4.846	4.511	4.511
Alíquota efetiva	(1.127)	(843)	(2.794)	(3.229)
Alíquota adicional (10%)	(717)	-	(1.809)	-
Incentivos fiscais / Deduções legais	-	-	80	-
IRPJ e CSLL diferidos	255	145	(6.275)	(5.409)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(1.589)	(698)	(10.798)	(8.638)
Provisão para imposto de renda		(1.844)		(4.523)
Provisão para contribuição social		(843)		(3.229)
Ativo fiscal diferido		400		(11.684)
Total Imposto de renda e contribuição social		<u>(2.287)</u>		<u>(19.436)</u>

Não houve recolhimento por estimativa de imposto de renda e contribuição social no período findo em 30 de setembro de 2019 e 2018.

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 15 de abril de 2019 foi aprovado pelo Conselho de Administração a proposta da Diretoria do aumento de capital em R\$627 mediante a emissão de até 123.123 novas ações preferenciais para fazer frente às opções de compra de ações exercidas pelos beneficiários dos Planos, não se aplicando o direito de preferência dos atuais acionistas para subscrição de novas ações, conforme previsto no §3º do art. 171 da Lei 6.404/1976.

Em 27 de setembro de 2019, foi aprovada pelo Conselho de Administração a reforma do estatuto social do Banco para a ratificação e atualização do valor do capital social do Banco, conforme aumento de capital deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de julho de 2019, dentro do limite do capital autorizado e o número final de ações de emissão do Banco efetivamente emitidas, subscritas e integralizadas, tendo em vista a conclusão do novo período de conversão de ações de emissão do Banco de uma espécie em outra, conforme previsto no programa de emissão de certificados de depósitos ações do Banco, para a formação de units ("Units" e "Programa de Units", respectivamente);

de modo que o capital social do Banco passe a ser representado por ações nominativas, sem valor nominal, sendo 364.451.252 ações ordinárias e 338.353.750 ações preferenciais.

Em 30 de setembro de 2019 o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é composto por 702.805.002 ações nominativas, sendo 364.451.252 ordinárias e 338.353.750 preferenciais, todas sem valor nominal.

b. Reserva legal

É constituída à base de 5% sobre o lucro líquido apurado, limitada a 20% do capital social.

c. Reserva de lucros

Nos exercícios anteriores, após a constituição da Reserva Legal, a Administração do Banco optou por destinar o saldo remanescente de lucros para constituição de Reserva de Lucros.

d. Dividendos e juros sobre o capital próprio

O Banco Inter adota uma política de remuneração do capital distribuindo juros sobre o capital próprio no valor máximo calculado em conformidade com a legislação vigente, os quais são imputados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social e art. 202 da Lei nº 6.404/1976.

As destinações dos resultados dos períodos findos em 30 de setembro de 2019 e 2018, estão apresentadas a seguir:

Destinação do Resultado	30/09/2019	30/09/2018
Lucro líquido	55.611	46.748
Reserva Legal	(2.781)	(2.337)
JSCP pagos e/ou dividendos provisionados	(38.438)	(27.502)
Reserva estatutária	(14.392)	(16.909)

Em 25 de setembro de 2019 foi aprovado pelo Conselho de Administração a proposta da Diretoria para a declaração e o pagamento de JSCP no valor bruto de R\$ 12.813.

	30/09/2019		30/09/2018	
	Valor provisionado	Valor por ação	Valor provisionado	Valor por ação
Juros sobre capital próprio pago no período	32.200	0,32	27.501	0,32
Dividendos provisionados	38.438	0,38	9.167	0,11
Imposto Juros sobre capital próprio à pagar	(1.460)	(0,00)	(1.163)	(0,01)
Juros sobre capital próprio líquido à pagar	36.978	0,36	8.004	0,09

e. Ações em tesouraria

Em 22 de março de 2019, a Administração do Banco optou por revender 11.000 ações em tesouraria. Em 15 de abril de 2019 foram entregues 109.100 ações preferenciais que estavam mantidas em tesouraria para fazer frente às opções de compra de ações exercidas pelos beneficiários dos Planos.

Em 30 de setembro de 2019 o Banco não possui ações preferenciais nominativas em tesouraria. O saldo dessas ações em 30 de setembro de 2018 era de R\$432.

f. Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo de ajuste de avaliação patrimonial é de R\$28 (2018: R\$ 3.582). Deste total, o montante de R\$102 (2018: R\$ 83) corresponde aos títulos públicos federais disponíveis para venda e cotas de fundos de investimentos, que são marcados a mercado. Em 30 de setembro de 2018 o montante de R\$ 3.665 refere-se ao ágio pago na aquisição de participação da controlada Inter Digital, transação esta realizada com os cotistas não controladores.

g. Lucro por ação

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2019	30/09/2018
Lucro líquido atribuível aos acionistas (R\$ mil)	55.611	46.748
Número médio de ações	234.675	87.102
Lucro por ação (R\$)	0,2370	0,5367
Lucro por ação diluído (R\$)	0,2350	0,2400

20 Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

a. Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente pelo Banco, uma vez que se referem a ativo possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle do Banco.

b. Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

O Banco Inter é parte em processos judiciais de naturezas trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões para contingências são estimadas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. Há provisão para contingências relativas a diversas ações cíveis, trabalhistas e fiscais no valor de R\$19.286 (2018: R\$19.086), registrada sob a rubrica “outras obrigações”, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 16 (c). Vide movimentação dos saldos no item “b.1”.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos ou a sua prescrição.

b.1 Movimentação das provisões e classificação por natureza

Natureza	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.945	14.225	916	19.086
Constituições/atualizações	1.358	4.915	26	6.299
Pagamentos/reversões	(1.540)	(4.559)	-	(6.099)
Saldo em 30 de setembro de 2019	3.763	14.581	942	19.286
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.935	9.953	853	13.741
Constituições/atualizações	2.026	10.447	39	12.512
Pagamentos/reversões	(1.175)	(6.138)	-	(7.313)
Saldo em 30 de setembro de 2018	3.786	14.262	892	18.940

c. Passivos contingentes com perdas possíveis

c.1 Passivos contingentes fiscais classificados como perdas possíveis

c.1.1 Imposto de renda e contribuição social

- (i) Compreende o provisionamento dos efeitos do questionamento judicial da extinção da correção monetária de balanço, em conformidade com a Lei nº 9.249/95, advindo do aproveitamento (dedução) integral do saldo devedor de correção monetária no exercício de 1996 na apuração do IRPJ e da CSLL, no montante de R\$ 943, cujo depósito judicial no mesmo montante está registrado no ativo realizável a longo prazo.
- (ii) Em 30 de agosto de 2013, foi lavrado auto de infração para constituir créditos tributários a título de IRPJ e CSLL, relativos aos anos-calendário de 2008 a 2009, acrescidos de multa de ofício (qualificada) de 150% e dos juros de mora, bem como para aplicar multa isolada de 50% sobre valores de estimativas de IRPJ e de CSLL. Seguem valores atualizados em março de 2019:

Principal, no valor de R\$10.300; multa, de R\$19.892; juros, de R\$21.799 - Total de R\$51.991.

Os autos de infração têm por objetivo glosa de despesas incorridas com prestação de serviços. Tendo em vista a situação fática em discussão e os argumentos de defesa do Banco, avaliamos a expectativa de desfecho como possível, mas com menor probabilidade de perda.

c.1.2 Cofins

- (i) O Banco Inter possui decisão do Supremo Tribunal Federal, datada de 19 de dezembro de 2005, garantindo o direito de recolhimento da COFINS com base na receita de prestação de serviços. Durante o período de 1999 a 2006, o Banco efetuou depósito judicial e/ou realizou o pagamento da obrigação. Em 2006, o Banco, mediante decisão favorável do Supremo Tribunal Federal e concordância expressa da Receita Federal, realizou o levantamento do depósito judicial. Ademais, a habilitação dos créditos sobre o recolhimento dos impostos foi homologada sem questionamento pela Receita Federal do Brasil, em 11 de maio de 2006.
- (ii) Em 2 de julho de 2010, a Receita Federal do Brasil, contrariando decisão do Supremo Tribunal Federal, transitada em julgado, conforme especificado no item (i) acima, abriu processo administrativo cobrando os valores dos depósitos judiciais referentes à COFINS levantados pelo Banco nos autos do Mandado de Segurança nº 1999.38.00.016025, sendo os valores atualizados para março de 2019: principal no valor R\$1.255; multa R\$251; juros, R\$2.500 - Total de R\$4.005.

Em 5 de outubro de 2010, foi deferida liminar determinando o processamento da defesa apresentada nos autos do Processo Administrativo, com recurso hierárquico, com suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

- (iii) Em 14 de julho de 2010, a Receita Federal do Brasil abriu processo administrativo cobrando os valores dos pedidos de restituição/compensação pagos a maior a título de COFINS levantados pelo Banco nos autos do Mandado de Segurança nº 1999.38.00.016025, sendo os valores atualizados até março de 2019: principal, valor R\$3.496; multa, R\$699; juros R\$ 4.430 - Total de R\$8.725.

Após protocolo de Manifesto de Inconformidade, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais determinou o sobrestamento do processo administrativo até o julgamento do Supremo Tribunal Federal.

- (iv) Em 11 de novembro de 2010, foram lavrados autos para constituir créditos tributários a título de PIS e COFINS, acrescidos de multa de ofício de 75% e dos juros de mora no período de março de 2006 a dezembro de 2008. Os recolhimentos das contribuições em questão foram considerados insuficientes.

COFINS: Principal, no valor de R\$10.027; juros e encargos, de R\$ 14.415 - Total de R\$24.442.

Após protocolo de Manifesto de Inconformidade, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais determinou o sobrestamento do processo administrativo até o julgamento do Supremo Tribunal Federal.

- (v) Em 15 de dezembro de 2014, foi lavrado auto de infração para constituir crédito tributário a título de COFINS, relativo ao período de janeiro de 2010 a dezembro de 2011, acrescidos de multa de ofício de 75% e dos juros de mora.

Principal, no valor de R\$ 11.212; multa R\$8.409; juros, de R\$12.969- Total de R\$32.590.

O auto de infração foi lavrado sob o fundamento de que o Banco teria efetuado recolhimentos insuficientes da contribuição em questão. Tendo em vista os argumentos de defesa do Banco, avaliamos a expectativa de desfecho como possível, mas com menor probabilidade de perda.

- (vi) Em 9 de outubro de 2015, o Banco foi intimado acerca do despacho decisório que indeferiu o direito creditório de compensar débitos com créditos decorrentes de pagamentos considerados indevidos pelo Banco, efetuados a título de COFINS (meses de janeiro e fevereiro de 2014).

Em 3 de novembro de 2015, foi protocolada a manifestação de inconformidade, para a qual aguarda-se manifestação.

Principal, valor de R\$1.367; multa, R\$274, juros de R\$725 - Total de R\$2.357.

- (vii) Em 24 de janeiro de 2017, o Banco foi autuado sobre o auto de infração lavrado para constituir crédito tributário a título de multa isolada de 50% sobre o valor do débito cuja compensação não foi homologada nos autos do processo administrativo nº 10680.723654/2015-41

Multa isolada, no valor de R\$688; juros R\$ 130 - Total de R\$818.

- (viii) Em 05 de abril de 2017, o Banco foi autuado sobre o auto de infração lavrado para constituir crédito tributário a título de COFINS, acrescido da multa de ofício de 75% e dos juros de mora, sob o fundamento de que o Banco Inter, no ano-calendário de 2013, teria efetuado recolhimentos insuficientes da contribuição em questão em virtude da não inclusão das "receitas financeiras" na base de cálculo.

Principal, valor de R\$8.804, multa; de R\$ 6.603; juros R\$ 6.364 - Total de R\$21.771.

Em 26/03/2019, o recurso voluntário foi distribuído para a 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 3ª Seção de Julgamentos do CARF. Aguarda-se inclusão do recurso na pauta de julgamentos do CARF.

- (ix) Em 31 de outubro de 2018, o Banco foi autuado sobre o auto de infração lavrado para constituir crédito tributário a título de COFINS, acrescido da multa de ofício de 75% e dos juros de mora, sob o fundamento de que o Banco Inter, no ano-calendário de 2014, teria efetuado recolhimentos insuficientes da contribuição em questão em virtude da não inclusão das “receitas financeiras” na base de cálculo. Principal, valor de R\$9.309, multa, de R\$ 6.983; juros R\$ 5.105 - Total de R\$21.397

Aguarda-se o julgamento de impugnação apresentada pelo Banco.

21 Rendas de prestação de serviço

	Controlada			
	3º Trimestre 2019	30/09/2019	3º Trimestre 2018	30/09/2018
Rendas de Tarifas Bancárias	6.122	16.210	743	3.029
Outros serviços	1.165	2.645	418	1.311
Taxas de gestão e estruturação	635	1.852	492	2.351
Rendas de intercâmbio	16.157	38.203	6.140	12.826
Taxas de cadastro crédito imobiliário	508	1.796	1.123	2.985
Taxas de cadastro empréstimos PJ	605	2.652	1.176	3.366
Outras rendas de prestação de serviço	4	7	2	6
Total	25.196	63.365	10.094	25.874

	Consolidado			
	3º Trimestre 2019	30/09/2019	3º Trimestre 2018	30/09/2018
Rendas de Tarifas Bancárias	6.122	16.210	743	3.029
Outros serviços	1.179	2.677	418	1.311
Corretagem de seguros	3.840	13.042	4.272	11.760
Rendas de comissões e colocação de títulos	3.021	6.982	-	1.536
Rendas de corretagens e operações em bolsa	203	350	49	173
Administração de fundos	219	519	339	949
Taxas de gestão e estruturação	635	1.852	492	2.351
Rendas de intercâmbio	16.157	38.203	6.140	12.826
Taxas de cadastro crédito imobiliário	508	1.796	1.123	2.985
Taxas de cadastro empréstimos PJ	605	2.652	1.176	3.366
Outras rendas de prestação de serviço	3	7	2	6
Total	32.492	84.290	14.754	40.292

As rendas de tarifas bancárias referem-se, substancialmente, a tarifas e taxas de serviços de compensação e tarifas interbancárias.

22 Despesas de Pessoal

	Controladora			
	3º Trimestre 2019	30/09/2019	3º Trimestre 2018	30/09/2018
Salários	(19.870)	(52.341)	(11.291)	(29.022)
Honorários da diretoria e do conselho de administração	(2.998)	(8.674)	(2.310)	(7.175)
Encargos sociais e previdenciários	(7.993)	(20.679)	(4.844)	(13.062)
Participação nos lucros	-	(6.060)	(2.680)	(6.985)
Despesas de férias e 13º salário	(4.292)	(10.029)	(2.527)	(6.201)
Benefícios	(5.816)	(15.469)	(4.130)	(10.349)
Outros	(518)	(929)	(2.597)	(6.767)
Total	(41.487)	(114.181)	(30.379)	(79.561)

	Consolidado			
	3º Trimestre 2019	30/09/2019	3º Trimestre 2018	30/09/2018
Salários	(20.708)	(54.376)	(11.772)	(30.467)
Honorários da diretoria e do conselho de administração	(3.295)	(9.412)	(2.511)	(11.246)
Encargos sociais e previdenciários	(8.299)	(21.478)	(5.064)	(13.742)
Participação nos lucros	(90)	(6.333)	(2.739)	(7.223)
Despesas de férias e 13º salário	(4.426)	(10.400)	(2.626)	(6.490)
Benefícios	(6.030)	(16.023)	(4.260)	(10.690)
Outros	(545)	(1.007)	(2.606)	(6.798)
Total	(43.393)	(119.029)	(31.578)	(86.656)

23 Outras despesas administrativas

	Controlada			
	3º Trimestre 2019	30/09/2019	3º Trimestre 2018	30/09/2018
Prestação de serviços	(2.929)	(7.201)	(933)	(4.251)
Processamento de dados	(29.991)	(73.797)	(16.664)	(34.459)
Aluguel	(2.501)	(6.595)	(1.876)	(4.745)
Comunicação	(11.421)	(33.023)	(4.356)	(8.080)
Despesas bancárias	(13.133)	(32.210)	(6.837)	(17.069)
Serviços técnicos especializados	(4.416)	(14.744)	(4.122)	(12.924)
Propaganda e publicidade	(10.282)	(27.625)	(9.229)	(18.941)
Manutenção e conservação de bens	(1.115)	(2.733)	(1.114)	(3.253)
Despesas cartoriais e judiciais	(506)	(1.555)	(695)	(1.753)
Amortização e depreciação	(3.990)	(9.104)	-	-
Outros	(3.402)	(9.253)	(2.239)	(6.467)
Total	(83.686)	(217.840)	(48.065)	(111.942)

	Consolidado			
	3º Trimestre 2019	30/09/2019	3º Trimestre 2018	30/09/2018
Prestação de serviços	(2.989)	(7.395)	(949)	(4.311)
Processamento de dados	(30.479)	(75.152)	(16.781)	(34.790)
Aluguel	(2.545)	(6.680)	(1.897)	(4.818)
Comunicação	(11.457)	(33.153)	(4.369)	(8.120)
Despesas bancárias	(14.075)	(34.075)	(6.891)	(17.200)
Serviços técnicos especializados	(4.457)	(14.953)	(4.179)	(13.050)
Propaganda e publicidade	(10.291)	(27.691)	(9.240)	(18.983)
Manutenção e conservação de bens	(1.126)	(2.762)	(1.144)	(3.296)
Despesas cartoriais e judiciais	(507)	(1.560)	(696)	(1.755)
Amortização e depreciação	(4.048)	(9.258)	-	-
Outros	(3.514)	(9.614)	(2.339)	(6.726)
Total	(85.488)	(222.293)	(48.485)	(113.049)

24 Outras receitas operacionais

	Controladora			
	3º Trimestre de 2019	30/09/2019	3º Trimestre de 2018	30/09/2018
Recuperação de encargos e despesas	479	1.856	1.504	4.965
Rendas de aplicações no exterior	-	-	-	-
Tarifas de avaliações	1.709	4.841	1.040	2.900
Receita de portabilidade	387	591	548	945
Rendas de títulos e créditos a receber	300	1.078	898	2.376
Receitas de performance	7.584	13.976	4.029	11.259
Outras rendas	2.974	13.372	308	706
Total	13.433	35.714	8.327	23.151

	Consolidado			
	3º Trimestre de 2019	30/09/2019	3º Trimestre de 2018	30/09/2018
Recuperação de encargos e despesas	480	1.857	1.505	4.966
Tarifas de avaliações	1.710	4.841	1.040	2.900
Rendas de aplicações no exterior	-	-	-	-
Receita de portabilidade	387	590	548	945
Rendas de títulos e créditos a receber	299	1.077	898	2.376
Receitas de performance	7.583	13.976	4.029	11.259
Outras rendas	4.608	15.248	334	735
Total	15.067	37.589	8.354	23.181

25 Outras despesas operacionais

	Controladora			
	3º Trimestre de 2019	30/09/2019	3º Trimestre de 2018	30/09/2018
Amortização e depreciação	-	-	(835)	(1.610)
Descontos concedidos	(186)	(4.941)	(643)	(2.098)
Despesas com portabilidade	(569)	(1.408)	(320)	(412)
Despesa tarifa de saque cartão	(4.967)	(17.984)	(3.150)	(6.815)
Despesas com cartões	(242)	(744)	(729)	(1.971)
Despesas com câmbio	(1.113)	(4.093)	(718)	(1.706)
Outras	(5.496)	(18.865)	(1.381)	(2.971)
Total	(12.573)	(48.035)	(7.776)	(17.583)

	Consolidado			
	3º Trimestre de 2019	30/09/2019	3º Trimestre de 2018	30/09/2018
Amortização e depreciação	-	-	(824)	(1.613)
Descontos concedidos	(186)	(4.941)	(643)	(2.098)
Despesas com portabilidade	(569)	(1.408)	(320)	(412)
Despesa tarifa de saque cartão	(4.967)	(17.984)	(3.150)	(6.815)
Despesas com cartões	(242)	(744)	(729)	(1.971)
Despesas com câmbio	(1.114)	(4.093)	(718)	(1.706)
Outras	(5.540)	(18.917)	(1.242)	(829)
Total	(12.618)	(48.087)	(7.626)	(15.444)

26 Resultado não operacional

	Controlada			
	3º Trimestre de 2019	30/09/2019	3º Trimestre de 2018	30/09/2018
Ganhos (Perdas) na alienação de valores e bens	93	(544)	(990)	(1.042)
Outros ganhos (perdas) de capital	-	40.328	-	143
Reversão (Provisão) para desvalorização de bens	-	-	-	-
Provisão para contingências	(2.971)	(6.299)	(5.088)	(12.474)
Outras despesas	22	281	-	-
Total	(2.856)	33.766	(6.078)	(13.373)

	Consolidado			
	3º Trimestre de 2019	30/09/2019	3º Trimestre de 2018	30/09/2018
Ganhos (Perdas) na alienação de valores e bens	94	(543)	(990)	(1.042)
Outros ganhos (perdas) de capital	-	40.328	-	143
Reversão (Provisão) para desvalorização de bens	-	-	-	-
Provisão para contingências	(2.971)	(6.299)	(5.088)	(12.474)
Outras despesas	21	244	-	-
Total	(2.856)	33.730	(6.078)	(13.373)

A operação de venda pelo Banco de quotas de emissão de sua controlada Inter Digital Corretora e Consultoria em Seguros Ltda. ("Inter Seguros") para a Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A. ("Wiz") gerou ganho de capital de, aproximadamente, R\$ 40 milhões.

27 Pagamento baseado em ações

Ao longo dos anos, foram realizados no Banco e suas controladas planos de outorga de opções de compra de ações ao pessoal chave da Administração.

O Plano de Opção de Compra de Ações Preferenciais, instituído nos termos do art. 168, § 3º, da Lei nº 6.404/1976, é uma iniciativa do Conselho de Administração do Banco, por meio do qual foram outorgadas, aos administradores, aos executivos e aos colaboradores do Banco Inter, opções para aquisição de Ações Preferenciais do Banco Inter, com vista a incentivar o desempenho e favorecer a retenção de administradores, executivos e colaboradores do Banco Inter, na medida em que sua participação no capital social do Banco permitirá que se beneficiem dos resultados para os quais tenham contribuído e que sejam refletidos na valorização do preço de suas ações, formando assim, com os acionistas, uma comunhão de interesses.

Dos planos atualmente vigentes, o primeiro iniciou-se no ano de 2012 e encerrará em 2021. A primeira tranche, que se iniciou em 2012, e foi concluída em 2017, com uma desvalorização de ações dos acionistas de, aproximadamente, R\$1.700. Para as tranches de 2013 e 2014, que se encerrarão nos anos de 2020 e 2021, respectivamente, os colaboradores elegidos terão o direito de exercer a opção de adquirir 3.440.520 ações preferenciais, pelo valor unitário de R\$0,61.

Para as tranches de 2013 e 2014, caso o colaborador não exerça a opção ou seja desligado do Banco, ele perderá o direito. Uma vez exercidas as opções, o outorgado não poderá vender, transferir ou alienar tais ações, bem como aquelas que venham a ser por ele adquiridas em virtude de bonificações,

desdobramentos, subscrição ou qualquer outra forma de aquisição, desde que tais direitos tenham decorrido para o adquirente das ações objeto do Plano, pelo período mínimo de cinco anos contados da data do recebimento da primeira oferta de ações a ele oferecidas pelo Banco.

Em 2016, foi lançado um novo Plano de Opção de Compra de Ações, que entrou em vigor em 2017 e se encerrará em 2021, no qual o Banco poderá aumentar o Capital Social em até mais 3.384.000 ações preferenciais nominativas, segregadas em cinco tranches, observadas as regras do regulamento aprovado pelo Conselho de Administração. As opções que tornarem-se exercíveis terão o valor unitário de R\$0,77, podendo ser exercidas pelo participante em até três anos do decurso do último período de carência.

Em 6 de fevereiro de 2018, foi aprovado pelo Conselho de Administração do Banco Inter S.A. o Plano IV de Aquisição de Opções de Ações. Estas opções poderão ser exercidas dentro do período de 3 (três) anos, contados dos respectivos períodos de carência, e após o que serão automaticamente extintas, sem direito a indenização.

O preço de exercício das opções outorgadas nos planos é equivalente ao valor patrimonial por ação no fechamento do ano anterior à outorga.

As regras para exercício e extinção das opções fazem parte do regulamento do plano e estão arquivadas na sede do Banco e suas controladas.

Conforme demonstrado na nota explicativa nº 19, no primeiro trimestre de 2018 foi aprovado o desdobramento das ações na razão de 6 ações a cada 1. Para fins de comparabilidade, as informações correspondentes abaixo demonstradas foram atualizadas para refletir este desdobramento e a atual posição dos planos.

As principais características dos Planos estão descritas abaixo:

Plano	Aprovação	Opções	Vesting	Preço Médio de Exercício	Participantes	Prazo Final de Exercício
2	24/02/2012	1.699.470	Até 5 anos	R\$2,63	Diretores, gestores e colaboradores chave	31/12/2019 31/12/2020 31/12/2021
3	30/09/2016	588.000	Até 5 anos	R\$4,62	Diretores, gestores e colaboradores chave	31/12/2023
4	15/02/2018	1.675.488	Até 5 anos	R\$5,42	Diretores, gestores e colaboradores chave	15/02/2025

As movimentações das opções de cada plano para o período findo em 30 de setembro de 2019 e informações complementares são demonstradas abaixo, tendo as quantidades e valores unitários sido impactados, no trimestre, pelo programa de formação de units, conforme descrito na nota explicativa nº 19.

Movimentações 30/09/2019 (Ações)						
Plano	Qtd Colaboradores	Saldo Inicial	Concedidas	Prescritas/ Canceladas	Exercidas	Saldo Final
2	12	240.288	-	15.480	150.259	74.549
3	18	540.900	-	7.600	17.214	516.086
4	25	1.641.248	50.000	21.600	86.050	1.583.598
Total		2.422.436	-	44.680	253.523	2.174.233
Preço Médio Pond. das Ações		R\$ 4,61	4,92	R\$ 4,34	R\$ 4,25	R\$ 4,62

Movimentações 31/12/2018 (Ações)						
Plano	Qtd Colaboradores	Saldo Inicial	Concedidas	Prescritas/ Canceladas	Exercidas	Saldo Final
2	12	979.728	-	124.278	615.162	240.288
3	18	588.000	-	24.000	23.100	540.900
4	25	1.675.488	50.000	-	84.240	1.641.248
Total		3.243.216	50.000	148.278	722.502	2.422.436
Preço Médio Pond. das Ações		R\$ 4,75	-	R\$ 3,91	R\$ 0,42	R\$ 4,90

Outras Informações

Plano	Núm. de Ações Exercíveis	Custo do Prêmio no Exercício	Custo de Prêmio a Ser Reconhecido	Período Remanescente do Custo de Remuneração (em anos)	Vida Contratual Remanescente (em anos)
2	74.549	-	-	-	1,5
3	516.086	77	121	1,5	4,5
4	1.583.598	-	-	3,5	5,5

O impacto estimado é referente ao valor dos prêmios das opções outorgadas aos colaboradores nas demonstrações financeiras com base no seu valor justo. Os valores justos dos programas foram estimados com base no modelo de valorização de opções Black & Scholes, tendo sido consideradas as seguintes premissas:

	Programa				
	2 (2012)	2(2013)	2(2014)	3(2016)	4(2018)
Preço de Exercício	1	3,69	3,69	4,62	5,42
Taxa Livre de Risco	10,19%	11,05%	11,15%	11,68%	9,97%
Duração do Exercício (anos)	7	7	7	7	7
Volatilidade Anualizada Esperada	35,06%	35,06%	35,06%	60,33%	64,28%
Valor Justo da Opção na Data de Outorga/Ação	1,83	0,88	0,99	1,13	0,32

O custo de prêmio referente ao programa nº 4 será de responsabilidade dos participantes, não sendo reconhecido nenhum custo por parte do Banco.

No Banco Inter, a gestão dos Riscos de Crédito, Liquidez, Mercado e Operacional e Responsabilidade Socioambiental é realizada de forma contínua e autônoma, se apoia em políticas e estratégias estruturadas e em uma equipe técnica adequadamente capacitada.

A gestão de riscos deve ser tratada como atividade essencial e vital para o crescimento sustentável das operações do Banco e suas controladas e, para isso, mantém e cumpre um conjunto de normas e procedimentos para assegurar a qualidade dos serviços e produtos ofertados aos seus stakeholders.

O Banco Inter possui, ainda, a Comissão de Auditoria e comitês para gestão dos diversos riscos a que está exposto, que são formados por integrantes da Alta Direção do Banco e suas controladas, inclusive do Conselho de Administração, tomando decisões colegiadas, objetivando a supervisão e a avaliação da efetividade dos controles internos, da qualidade e da integridade das informações trabalhadas e do desempenho das auditorias interna e independente.

Mais detalhes sobre a estrutura de gestão de riscos do Banco estão disponíveis no sítio eletrônico www.bancointer.com.br, na seção Gestão de Riscos

a. Gestão de riscos de liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

As funções de gerenciamento de risco de liquidez compreendem um conjunto de atividades funcionais que permeiam toda a “cadeia de negócio”, desenvolvimento de produtos, negociação e desembolso de operações, e o acompanhamento da efetividade dos processos e controles utilizados.

No Banco Inter, essa gestão é também avaliada periodicamente pelo Comitê de Ativos, Passivos e Liquidez, que, além de outras funções, também tem o objetivo de organizar, avaliar e monitorar o risco de liquidez, estabelecendo processos, ferramentas e limites necessários para a geração e a análise de cenários prospectivos de liquidez e o acompanhamento dos níveis de apetite aos riscos estabelecidos pela Alta Administração, em linha com a Resolução nº CMN nº 4.557/2017.

b. Gestão de riscos de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos índices de preços, das taxas referenciais, dos preços das ações e dos preços de commodities, em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva do Banco.

A supervisão dos riscos permite a análise de exposições diante dos limites estabelecidos e a identificação de tendências por meio da utilização de modelos específicos, bem como o controle das exigências de capital.

No Banco Inter, a gestão do risco de mercado tem, entre outros, o objetivo de apoiar as áreas de negócios, estabelecendo processos e implementando ferramentas necessárias para avaliação e controle

dos riscos relacionados, possibilitando a mensuração e o acompanhamento dos níveis de apetite a risco definidos pela Alta Administração.

b.1 Análise de sensibilidade

O Banco avalia o comportamento da carteira em cenários de estresse por meio de choques nos indexadores. Tal procedimento permite realizar inferências sobre o risco das posições quando comparados aos patamares atuais dos preços de mercado e seu comportamento histórico.

O demonstrativo a seguir contém a análise de sensibilidade dos ativos classificados nas carteiras indexadas às taxas de maior exposição do banco, quais sejam IGPM, IPCA e taxa PRÉ.

Fator de Risco		IGPM	IPCA	PRÉ	CARTEIRA TOTAL
MtM em normalidade		3.569.306			
Choques por bases points					
-50 bps	CENÁRIO 3	3.292.353	3.321.305	3.294.509	3.344.639
-25 bps	CENÁRIO 2	3.287.167	3.301.436	3.288.236	3.312.713
-1 bps	CENÁRIO 1	3.282.266	3.282.829	3.282.308	3.283.277
+1 bps	CENÁRIO 1	3.281.861	3.281.299	3.281.819	3.280.851
+25 bps	CENÁRIO 2	3.277.041	3.263.170	3.275.987	3.252.072
+50 bps	CENÁRIO 3	3.272.098	3.244.743	3.270.007	3.222.721

Para subsidiar a análise foram considerados os seguintes cenários:

CENÁRIO 1 - situação possível tendo por base as variáveis de mercado como curvas IGPM, IPCA e PRÉ impactadas, respectivamente, por choques paralelos, com base na variação das curvas de mercado para a respectiva data base com o período de 1 ano.

CENÁRIO 2 - situação de deterioração e de elevação de 25 base points nas variáveis de mercado por meio de choques paralelos nas curvas IGPM, IPCA e PRÉ para a data-base.

CENÁRIO 3 - situação de deterioração e de elevação de 50 base points nas variáveis de mercado por meio de choques paralelos nas curvas IGPM, IPCA e PRÉ para a data-base.

Adicionalmente, afim de estimar o efeito da variação de determinado fator de risco sobre o Patrimônio de referência (PR), executamos testes de sensibilidade, em que avaliamos:

Os ganhos e perdas máximas esperadas no 1º e 99º percentil, calculados a partir de uma série de 252 retornos, apurados a partir do cálculo de VaR da carteira, utilizando metodologia paramétrica com 99% de confiança e horizonte de tempo de um dia escalado para vinte e um dias.

Os ganhos e perdas máximas esperadas no 1º e 99º percentil, calculados a partir de uma série de 252 retornos, apurados a partir do cálculo de VaR da carteira, utilizando metodologia paramétrica com 99% de confiança e horizonte de tempo de um dia escalado para vinte e um dias.

Fator de Risco	1 - 1 ano(s)	99 - 1 ano(s)	1 - 5 ano(s)	99 - 5 ano(s)
Euro	(608.268,65)	109.457,53	(2.580.902,24)	466.950,26
Franco Suíço	(19.772,96)	2.156,99	(63.280,63)	3.383,89
Número índice IGP-M	(13.558.896,14)	2.489.174,65	(88.385.885,68)	2.262.714,73
Cupom de IGP-M	2.575.780,83	(10.322.266,59)	469.449,30	(36.281.544,56)
Número índice IPCA	(27.459.798,85)	-	(210.787.866,60)	(262.091,69)
Cupom de IPCA	4.660.406,90	(51.222.194,46)	967.333,50	(165.438.969,86)
PRÉ	(338.344,82)	(47.629.692,02)	(3.347.174,02)	(96.765.455,98)
Ações (Ibovespa)	(867.716,03)	12.871,40	(2.531.754,21)	(14.475,73)
Libra Esterlina	(67.431,53)	11.048,89	(179.711,01)	123.494,94
Cupom de TR	(116	2.804.202,75	(110.799.215,36)	5.470.143,78
USD	(452.461,33)	3.930,47	(1.566.156,03)	(639,85)
Iene	(7.616,19)	843,32	(22.123,86)	-
Dólar Australiano	(1.425.847,31)	(1.215.978,39)	(1.885.346,92)	(1.075.578,26)
Dólar Canadense	(398.265,86)	-	(1.077.967,14)	16.178,20
Dólar da Nova Zelândia	(1.191,63)	486,76	(4.216,93)	769,58

Data base: 30/09/2019

Fonte: Sistema Basileia e Mercado – Auto Stress Proprietário

Quantidade de bases points necessários para causar reduções de 5%, 10% e 20% do Patrimônio de Referência. Abaixo, apresentamos apenas os fatores de risco onde para os quais foi possível determinar pelo menos um dos valores informados.

Fator de Risco	Variação % do Patrimônio		
	-5%	-10%	-20%
Cupom de IGP-M	10,61%	39,80%	84,79%
Cupom de IPCA	1,59%	3,59%	8,96%
PRÉ	5,02%	12,55%	47,07%

Data base 30/09/2019

Fonte: Sistema Basileia e Mercado – Auto Stress Proprietário

c. Gestão de riscos operacionais

De acordo com a Resolução CMN nº 4.557/2017, risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como às sanções legais em razão do descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O Banco Inter trata todos os apontamentos de riscos identificados nos mapeamentos de seus processos, bem como aqueles considerados pelas auditorias e pelos reguladores como risco operacional, e, através deste trabalho, cria ações que mitigam esses apontamentos.

Para alocação de capital para o risco operacional, o Banco Inter adotou a metodologia do Indicador Básico de mensuração ou BIA, conforme previsto no Art. 1º da Circular Bacen nº 3.640/2013.

d. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

O objetivo da gestão do risco de crédito é apoiar a Alta Administração no processo decisório, definindo estratégias e políticas, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis considerados aceitáveis pela Administração do Banco.

O Banco Inter realiza a gestão do risco de crédito com apoio dos demais comitês de riscos, adotando critérios de governança através de instrumentos e ferramentas que permitem a identificação, a avaliação, a mensuração, o acompanhamento e o reporte do risco incorrido em suas atividades nas principais etapas, seja na concessão, seja no monitoramento, seja na recuperação de crédito. Não obstante, testes de estresse são usados para mensurar possíveis perdas em diversos cenários que a área de riscos julgue prováveis.

Em atendimento à Circular Bacen nº 3.678/2013, as informações sobre gestão de riscos e capital encontram-se no endereço: <http://ri.bancointer.com.br>.

e. Ouvidoria

A Ouvidoria do Banco Inter atua como canal de relacionamento entre os clientes e usuários dos produtos e serviços ofertados e no tratamento e na mediação de conflitos. A Ouvidoria tem por escopo buscar soluções ágeis e efetivas, atuando com transparência e imparcialidade e, ainda, possui o compromisso de promover melhorias nos serviços prestados. As ocorrências recebidas pela Ouvidoria são analisadas e atendidas, de modo conclusivo e formal, em até dez dias úteis, em estrita consonância com a Resolução CMN nº 4.433/2015.

f. Índice de Basileia

Em 23 de fevereiro de 2017, o Banco Central do Brasil (Bacen) divulgou a Resolução CMN nº 4.557/2017, que estabeleceu a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras.

A Resolução CMN nº 4.388/2014, que altera as disposições das demais resoluções relativas à gestão de riscos, incluindo a partir de janeiro de 2015, a necessidade de gerir os riscos do Conglomerado Prudencial, ou seja, das empresas que compõem o Catálogo de Documento (CADOC) 4060, e apuração dos números do Banco através deste documento.

O Banco Inter S.A. possui mecanismos que possibilitam a identificação e a avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR). As políticas e as estratégias, bem como o plano de capital, possibilitam a manutenção do capital em níveis compatíveis com os riscos incorridos pelo Banco. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de capital. Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para as áreas e para os comitês estratégicos intervenientes, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do Banco.

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

A metodologia de apuração do capital regulamentar, continua a ser estabelecido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar, e o escopo utilizado para consolidação e verificação dos limites operacionais considera o Conglomerado Prudencial formado pelo Banco Inter e pela Inter Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

DLO - Documento de Limites Operacionais

Índice de Basileia

Detalhamento das margens de requerimento relativamente ao RWA

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Patrimônio de Referência (PR)	2.126.633	922.575
Patrimônio de Referência Nível I	2.126.633	922.575
Capital Principal - CP	2.126.633	922.575
Ativos Ponderados por Risco - RWA	4.898.792	3.090.253
RWA para Risco de Crédito por Abordagem Padronizada - RWACPAD	3.638.002	2.516.860
RWA para Risco de Mercado - RWAMPAD	540.611	64.717
RWA para Risco Operacional por Abordagem Padronizada - RWAOPAD	720.179	508.676
Requerimento Mínimo de Capital		
Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA	220.446	139.061
Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido para o RWA	293.927	185.415
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA	442.748	308.980
Margem sobre os Requerimentos de Capital		
Margem Sobre o Capital Principal Requerido	1.734.730	783.514
Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Requerido	1.832.705	737.160
Índice de Capital Principal (CP/RWA)	43,41%	29,85%
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	43,41%	29,85%
Índice de Basileia (PR/RWA)	43,41%	29,85%

g. Responsabilidade socioambiental

Além daquilo que a Resolução CMN nº 4.327/2014 apregoa, para o Banco Inter responsabilidade socioambiental é quando a própria organização, clientes, usuários, fornecedores ou prestadores de serviços, de forma voluntária, adotam posturas, comportamentos e ações que promovam o bem-estar dos seus públicos interno (funcionários, acionistas etc.) e externo (comunidade, parceiros, meio ambiente etc.). É uma prática voluntária, que envolve o benefício da coletividade e não deve ser confundida exclusivamente por ações compulsórias impostas pelo regulador.

Nos negócios realizados pelo Banco e nos produtos por ele ofertados, são realizadas avaliações específicas sobre a exposição aos riscos relacionados à responsabilidade socioambiental de suas atividades, incluindo a concessão de crédito e até mesmo a contratação de serviços terceirizados ou fornecedores. A gestão dos riscos relacionados consiste em avaliar os aspectos socioambientais com os quais o cliente esteja envolvido quanto ao atendimento à legislação ambiental, condições de trabalho, uso dos recursos naturais, gestão de resíduos etc., e estabelecer o seu nível de risco socioambiental em relação ao seu relacionamento com o Banco Inter.

29 Outras informações

- a) Avais e fianças – o saldo de avais e fianças prestados pelo Banco e suas controladas, no individual e consolidado, monta em R\$5.318 (2018: R\$377).

- b) Fundos de investimento – a Administração de fundos de investimento é realizada por intermédio da controlada Inter Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. O somatório dos patrimônios líquidos dos fundos constituídos por recursos próprios e de terceiros montam em R\$834.475 (2018: R\$122.626).
- c) Seguros contratados – o Banco e suas controladas possuem seguros de seus principais ativos em montantes considerados adequados pela Administração para a cobertura de eventuais perdas com sinistros.

30 Eventos subsequentes

Não houve outros eventos subsequentes relevantes até a data de aprovação destas demonstrações financeiras.

* * *

Conselho de Administração

Rubens Menin Teixeira de Souza - Presidente

João Vitor Nazareth Menin Teixeira de Souza - Conselheiro

José Felipe Diniz - Conselheiro

Marcos Alberto Cabaleiro Fernandez - Conselheiro

Leonardo Guimarães Corrêa – Conselheiro

Cristiano Henrique Vieira Gomes - Conselheiro Independente

Luiz Antônio Nogueira de França - Conselheiro Independente

Presidência

João Vitor Nazareth Menin Teixeira de Souza

Vice-Presidência

Alexandre Riccio de Oliveira

Marco Túlio Guimarães

Diretoria

Ana Luiza Vieira Franco Forattini

Guilherme Ximenes de Almeida

Helena Lopes Caldeira

Lucas de Souza Bernades

Priscila Salles Vianna de Paula

Rafael Alves Rodrigues

Ray Tarick Pereira Chalub

Rogério Toledo Goulart

Sebastião Luiz da Silva

Contador Responsável

Sicomar Benigno de Araújo Soares - CRC-MG 67.120-O-3